



ELABORAÇÃO DE MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REFERENCIAIS DE AVISOS FUTUROS PARA O DOMÍNIO DA ECONOMIA CIRCULAR – EMPRESAS

Relatório Final
12 de setembro de 2023

Elaborado por:



Para:





ELABORAÇÃO DE MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REFERENCIAIS DE AVISOS FUTUROS PARA O DOMÍNIO DA ECONOMIA CIRCULAR – EMPRESAS

Relatório Final

12 de setembro de 2023

Elaborado por:



Para:



FICHA TÉCNICA

Título

Elaboração de Modelos de Implementação e Referenciais de Avisos Futuros para o Domínio da Economia Circular – Empresas

Promotor

CCDR Algarve – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P.

Autoria



3drivers – Engenharia, Inovação e Ambiente Lda.
Avenida Conde de Valbom, n.º 6, 6.º piso
1050-068 Lisboa

Equipa de Trabalho

António Lorena (3drivers)

Mariana Aguiar (3drivers)

Miguel Marques (3drivers)

Edição

Versão 2.0

Lisboa, 12 de setembro de 2023

Crédito da imagem de capa: Pixabay

Disclaimer: O conteúdo deste documento é da responsabilidade dos seus autores, sendo que as conclusões expressas podem não coincidir necessariamente com a posição oficial da CCDR-Algarve.

ÍNDICE GERAL

SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	4
1 INTRODUÇÃO.....	5
2 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO TRABALHO.....	7
2.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	7
2.2 OBJETIVOS E ÂMBITO.....	13
3 METODOLOGIA.....	15
3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	15
3.2 MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO	15
4 BENCHMARK.....	18
5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REFERENCIAIS DE AVISO	20
5.1 ESTRUTURA DOS REFERENCIAIS DE AVISO.....	20
5.2 MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS AVISOS.....	42
5.3 COMENTÁRIOS FINAIS	45
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS.....	46
7 APÊNDICES.....	47
7.1 DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO.....	47
7.2 ENTIDADES MOBILIZADAS PARA PARTICIPAR NA ENTREVISTA E WORKSHOPS.....	51
7.3 REFERENCIAL DE AUSCULTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS.....	53
7.4 BENCHMARK DE AVISOS SETORIAIS IDENTIFICADOS	57
7.5 BENCHMARK DE CASOS DE ESTUDO EMPRESARIAIS.....	64
7.6 ALINHAMENTO DAS POTENCIAIS ÁREAS DE INVESTIMENTO COM AS AÇÕES TRANSFORMATIVAS POR DOMÍNIO TEMÁTICO.....	69
7.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESTANTES PARÂMETROS	70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos principais instrumentos de enquadramento estratégico	10
Tabela 2 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a eficiência energética	22
Tabela 3 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a energias renováveis	24
Tabela 4 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a economia circular e eficiência de recursos.....	25
Tabela 5 - Considerações sobre a tipologia de operações a definir nos avisos relativos a circularidade da água	30
Tabela 6 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a capacitação	32
Tabela 7 - Considerações sobre os parâmetros a definir nos avisos.	34
Tabela 8 - Forma de financiamento e montante dimensionado por domínio de intervenção	42
Tabela 9 - Descrição dos Instrumentos de Enquadramento Estratégico	47
Tabela 10 - Entidades contactadas para auscultação por meio de entrevista	51
Tabela 11 - Entidades auscultadas por meio dos workshops.....	51
Tabela 12 - Referencial de auscultação para as entrevistas.....	53
Tabela 13 - Benchmark sobre os parâmetros a considerar na elaboração de avisos	57
Tabela 14 - Benchmark sobre estudos de caso na área do turismo e restauração	64
Tabela 15 - Benchmark sobre estudos de caso na área do agroalimentar	66
Tabela 16 - Considerações sobre os parâmetros gerais a definir nos avisos	70

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AREC Algarve	Agenda Regional para a Economia Circular da Região do Algarve
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
EREI Algarve	Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente
FEEI	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento
OE	Objetivo Específico
PO SEUR	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia

1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Relatório Final previsto no âmbito do Ajuste Direto nº 11/CCDR Algarve/2023, contratado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR-Algarve) à 3 Drivers - Engenharia, Inovação e Ambiente, Lda., e correspondente à Aquisição de Serviços de Consultoria Especializada para **“Elaboração de modelos de implementação e referenciais de avisos futuros para o domínio da Economia Circular – empresas”**, no qual se insere também a tipologia de ação **“Descarbonização do Turismo”**.

O trabalho proposto, inserido no âmbito do projeto Diversificar Algarve, decorre da necessidade de implementar o Plano de Ação Diversificar Algarve 2030 o qual visa acelerar o processo de diversificação de base económica da região do Algarve, robustecendo os atores e ativos regionais, tornando-os mais resilientes e aptos para responder a choques externos. Assim como, potenciar a correção de desequilíbrios crónicos evidenciados para o perfil de especialização assente num grupo restrito de atividades dos serviços e em particular no turismo, e o incremento da sua qualificação, por via de processos mais circulares, eficientes e sustentáveis.

O Relatório Final representa a concretização das atividades propostas no Caderno de Encargos e executadas segundo a abordagem apresentada no Relatório Metodológico, com foco em atividades de envolvimento e mobilização das partes interessadas e atividades de benchmarking sobre tendências externas no âmbito dos domínios da economia circular e descarbonização. Desta forma, apresenta-se no presente relatório a proposta de modelo de implementação e referencial de avisos futuros para os referidos domínios destinados a apoiar a concretização de projetos promovidos por empresas da região do Algarve.

Em termos de estrutura, para além deste capítulo (Introdução), o relatório encontra-se organizado de acordo com a seguinte disposição:

- + CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO TRABALHO, onde se efetua a apresentação do âmbito e dos objetivos do trabalho, assim como o enquadramento estratégico no qual se destacam as principais condições intrínsecas e motivações da Região do Algarve que desencadearam o mote deste trabalho, e, de forma complementar, o enquadramento político com o intuito de situar as temáticas dos Objetivos Específicos (OE) em foco neste trabalho, no âmbito das principais políticas europeias e nacionais em vigor, e que, de forma direta e/ou indireta, acabam por impactar a estratégia e operacionalização destes mesmos objetivos, em particular no domínio do Programa ALGARVE 2030.

- + CAPÍTULO 3. METODOLOGIA, no qual se procede à explicitação do quadro metodológico global do projeto, incidindo em aspetos mais detalhados acerca da estrutura e planeamento dos *workshops* de auscultação realizados.
- + CAPÍTULO 4. BENCHMARK, no qual se sintetizam os resultados da análise de programas e instrumentos de financiamento comparáveis ao Programa ALGARVE 2030, bem como a análise de iniciativas empresariais no âmbito da economia circular e descarbonização.
- + CAPÍTULO 5. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REFERENCIAIS DE AVISO, no qual se apresenta uma abordagem sobre o racional a considerar na estrutura dos referenciais dos avisos, incluindo uma descrição do que deve ser considerado na definição dos futuros avisos, baseada nos contributos decorrentes das metodologias de auscultação utilizadas
- + CAPÍTULO 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS no qual se apresenta a principal bibliografia consultada;
- + CAPÍTULO 7. APÊNDICES, onde são apresentados em detalhe os elementos considerados para as metodologias de auscultação definidas, incluindo a amostra das entidades auscultadas, o referencial de auscultação base, resultados do *benchmark* e do processo de auscultação

2 ENQUADRAMENTO E OBJETIVOS DO TRABALHO

2.1 ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A região do Algarve é caracterizada por um contexto específico associado a uma especialização económica direcionada para o setor do turismo, mas, ao mesmo tempo, marcado por desafios de índole económica, social e ambiental, e para os quais a necessidade de resposta é prioritária.¹

No plano ambiental, destaca-se a vulnerabilidade da região do Algarve face aos efeitos das alterações climáticas, especialmente as alterações nos padrões de precipitação, que em simultâneo com os fenómenos já verificados de aumento dos consumos de água e redução da precipitação, vêm evidenciar a necessidade crítica de uma política de gestão dos recursos hídricos adequado. Identificam-se ainda os desafios do plano produtivo e social, para os quais foi identificada a necessidade de diversificar e qualificar o perfil produtivo da região, dado o peso do setor do turismo na economia regional, o qual originou a criação de restrições noutros setores da economia com a absorção da maioria dos investimentos políticos e financeiros e capacidade de mobilização e de empreendedorismo dos atores privados². A estes desafios acrescem outros relacionados com o ecossistema de inovação da região, que embora de carácter mais transversal, desempenham um papel fundamental para a promoção do desenvolvimento nas três esferas referidas (económica, social e ambiental).

Ao longo da última década, verificou-se um aumento da população residente na região, e observaram-se alguns desenvolvimentos prometedores de setores mais inovadores, para os quais os Fundos Europeus e Estruturais e de Investimento (FEEI) foram chave. Contudo, o apoio comunitário concretizado ao longo dos últimos anos não foi suficiente para garantir a diversificação do perfil produtivo e evolução desejável ao nível da qualificação dos recursos humanos e remunerações. Persiste assim a necessidade de implementar políticas públicas com o objetivo de definir um trajeto para uma região mais equilibrada, competitiva, inteligente, inclusiva e sustentável, em linha com as recomendações resultantes das avaliações previstas nas avaliações do PO Algarve 2020.

O Portugal 2030, enquadrado pela Estratégia Portugal 2030³, constitui o quadro de apoio comunitário que sucede ao Portugal 2020, sendo operacionalizado através de mecanismos semelhantes, neste caso, através da operacionalização de 12 Programas temáticos, regionais e de assistência técnica.

O ALGARVE 2030 constitui um dos programas regionais inseridos na operacionalização do Portugal 2030, cuja visão consiste no desenvolvimento de “Uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade

¹ CCDR Algarve (2022) Programa Regional do Algarve 2021-2027

² CCDR Algarve; Universidade do Algarve (2015) EREI Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (versão revista em julho 2015)

³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020, que aprova a Estratégia Portugal 2030

de vida e identidade, dotada de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a um Algarve mais inteligente, mais conectado, mais verde e com menos carbono, mais social e inclusivo, mais coeso e próximo das pessoas”⁴.

Uma das principais diferenças face ao quadro anterior (PT 2020) reside no modelo de governança para algumas das áreas temáticas elegíveis no âmbito dos vários Programas operacionais existentes. Neste caso, no domínio do ambiente, alguma das áreas que, no quadro anterior, foram apoiadas pelo PO SEUR, estão agora sob a alçada do Programa ALGARVE 2030. Estas novidades ao nível do modelo de gestão têm como objetivo o reforço do processo de governação multinível, através do alinhamento das políticas públicas, nacionais e comunitárias, e estímulo da inovação institucional de base territorial com abordagens *bottom-up* que incentivem à concretização de parcerias para um melhor aproveitamento dos recursos regionais e locais, assim como do potencial sinérgico entre entidades e territórios.

A programação do ALGARVE 2030, para além de coexistir com os efeitos da pandemia e com a urgência das transições climática e digital, vem também aportar uma abordagem mais seletiva, definindo áreas de atuação prioritárias e objetivos específicos baseados nas aprendizagens passadas, mas procurando responder aos novos desafios prioritários identificados, entre os quais se destaca o plano da economia circular, em linha com a Agenda Regional para a Economia Circular da região do Algarve (AREC Algarve).

O Programa ALGARVE 2030 deriva da Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030⁵, desenhada à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ONU), e apoiada pela Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (EREI Algarve). Por sua vez, a Estratégia Algarve 2030 incitou o desenvolvimento do Plano de Ação Diversificar Algarve 2030, o qual integra parte da dotação do Programa ALGARVE 2030, e visa acelerar o processo de diversificação de base económica da região do Algarve, robustecendo os atores e ativos regionais, tornando-os mais resilientes e aptos para responder a choques externos. Assim como, potenciar a correção de desequilíbrios crónicos evidenciados para o um perfil de especialização assente num grupo restrito de atividades dos serviços e em particular no turismo, e o incremento da sua qualificação, por via de processos mais circulares, eficientes e sustentáveis.

A EREI Algarve⁶ decorre das condicionantes impostas pelo Acordo de Parceria do quadro comunitário estabelecido para o período 2014-2020, e dos respetivos Programas Operacionais, constituindo assim um pilar importante para os investimentos dos fundos estruturais, como parte da contribuição da política de coesão da agenda para a Europa 2020. Apesar da articulação prevista entre as prioridades expressas na EREI Algarve e os eixos estratégicos do PO Algarve 2020, tal como já referido, os objetivos de diversificação mantêm-se pertinentes, considerando não só a especialização económica em atividades ligadas ao setor

⁴ CCDR Algarve (2022) Programa Regional do Algarve 2021-2027

⁵ CCDR Algarve (2020) Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional

⁶ CCDR Algarve; Universidade do Algarve (2015) EREI Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (versão revista em julho 2015)

do turismo, mas também a própria limitação que o ecossistema empresarial da região apresenta face à capacidade de absorção de fundos estruturais para as dimensões prioritárias da Inovação, Investigação e Desenvolvimento Tecnológico. Nesse sentido, no contexto de programação nacional do atual quadro comunitário, persistem algumas fragilidades críticas no sistema de inovação regional, tais como falhas de infraestrutura, falhas institucionais, falhas de interação e falhas de capacidade, que, assim, impedem o alcance da visão estratégica das várias políticas setoriais algarvias.

Desta forma, a EREI Algarve constitui também uma base de referência para a definição de âmbito do presente trabalho (a ser discutida na subsecção seguinte), considerando o seu papel enquanto estratégia enquadradora do referencial de prioridades de investimento regionais identificadas, e instrumento de apoio para a concretização da visão desejada ao nível da promoção da cooperação institucional, capacitação do capital humano, diversificação setorial, fomento do empreendedorismo, e promoção do policentrismo, tendo por base o desenvolvimento assente nos recursos locais e na atração de recursos exógenos.

Naturalmente, as estratégias e planos definidos a nível nacional e regional surgem integradas na resposta às políticas de índole comunitária, que definem uma visão para a União Europeia (UE) com repercussão nas políticas de cada Estado-membro. Desta forma, as visões e metas desses instrumentos acabam por influenciar, de forma direta e indireta, a ação estratégica dos vários setores de atividade económica nacional, entre os quais se encontram os setores prioritários identificados pela EREI Algarve: Turismo; Mar; Saúde, Ciências da Vida e Longevidade; Recursos Endógenos Terrestres; Indústrias Culturais e Criativas; Digitalização e TIC e Sustentabilidade Ambiental.

A tabela seguinte apresenta os principais instrumentos estratégicos, comunitários e nacionais, que regem os principais domínios temáticos associados a cada um dos OE em questão. Em anexo (7.1) é apresentado um breve descritivo de cada um dos referidos documentos.

Tabela 1 – Identificação dos principais instrumentos de enquadramento estratégico

Objetivos Específicos (OE) Programa ALGARVE 2030	Domínio temático	Instrumentos de enquadramento estratégico	
		Europeu	Nacional
Transversal aos vários OE	Transversal aos vários domínios temáticos	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 • <i>Transition Pathway for Tourism</i> • Agenda Europeia para o Turismo 2030 	<ul style="list-style-type: none"> • Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional • Estratégia Turismo 2027 • Plano de Ação Reativar o Turismo Construir o Futuro
OE 1.4 – Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	Inovação	-	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI 2030) • Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (EREI Algarve)

Objetivos Específicos (OE) Programa ALGARVE 2030	Domínio temático	Instrumentos de enquadramento estratégico	
		Europeu	Nacional
<p>OE 2.1 – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa</p> <p>OE 2.2. – Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (eu) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos</p>	<p>Descarbonização: eficiência energética e transição energética</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Pacto Ecológico Europeu 	<ul style="list-style-type: none"> • Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) • Plano Nacional Energia e Clima 2030
<p>OE 2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos</p>	<p>Economia Circular</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC EU) 	<ul style="list-style-type: none"> • Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030) • Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) • Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030) • Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC 2017-2020) • Agenda Regional para a Economia Circular da região do Algarve (AREC Algarve)

Os instrumentos estratégicos apresentados definem prioridades transversais de impacto nos vários setores da economia, e, em alguns casos, prioridades específicas direcionadas a determinados setores de atividade económica. Nesse sentido, considerando o peso do setor do turismo na economia nacional, e principalmente na economia regional algarvia, de seguida apresentam-se as principais prioridades políticas temáticas direcionadas a este setor:

- Inovação (OE 1.4): agendas temáticas de investigação e inovação intersectoriais; promoção de clusters de competitividade setoriais; criação de centros de conhecimento.
- Descarbonização - eficiência energética e transição energética (OE 2.1 e 2.2.): descarbonizar e tornar as empresas, as cidades e os territórios mais resilientes através da regeneração e revitalização dos centros urbanos, tendo em conta critérios de sustentabilidade; aprofundar o conhecimento em matéria de mitigação das alterações climáticas, divulgar boas práticas e dinamizar comportamentos de baixo carbono na sociedade através da promoção de ações de sensibilização e capacitação para padrões de produção e consumo mais sustentáveis.
- Economia Circular (OE 2.6): promover a sustentabilidade como característica de projeção internacional, através de ações meso, tais como: análise de fluxos de materiais críticos e tipologia de resíduos; cadeias curtas de produção/distribuição/consumo e redes de partilha; desmaterialização, valorização de espaços “vazios”, uso de materiais reciclados e reutilização; promoção de rotulagem ecológica e certificação ambiental; definição de guias de boas práticas e critérios de compras ecológicas.

Para além das prioridades temáticas acima assinaladas, no setor do Turismo destacam-se os instrumentos “Transition Pathway for Tourism” a nível europeu, assim como a “Estratégia Turismo 2027” e mais recentemente o “Plano de Ação Reativar o Turismo | Construir o Futuro”, a nível nacional. Estes instrumentos definem agendas que se alinham com as políticas associadas a cada um dos domínios temáticos de relevo para o setor do turismo, entre os quais se inclui a inovação, a descarbonização e a economia circular. Desta forma, são destacadas ações concretas para o referido setor no âmbito do desenvolvimento económico, valorização do território e alavancagem do conhecimento, tendo por base a promoção de um turismo que aponte à transição ecológica em diversos temas como a economia circular e energia, aliado à transição digital.

Não obstante, o setor do turismo tem experienciado uma densificação das relações interdisciplinares e intersectoriais, derivado do desenvolvimento do contexto global, mas também das próprias motivações e agendas regionais no âmbito da diversificação económica nacional, em particular da Região do Algarve. Tal como referido, no Algarve essa articulação foi orientada para os setores prioritários identificados pela EREI Algarve, e para os quais existem também orientações específicas descritas nos instrumentos políticos assinalados, assim como agendas de ação que acabam por direcionar a sua estratégia individual e articulada.

2.2 OBJETIVOS E ÂMBITO

O principal objetivo do trabalho consiste na apresentação de um documento de referência que estabeleça os modelos de implementação e os referenciais de avisos futuros para os domínios da Economia Circular, direcionado às empresas, e da Descarbonização, direcionado a empresas no setor do turismo e atividades conexas.

Assim, o documento a desenvolver deverá constituir um elemento de apoio à gestão e implementação do Programa ALGARVE 2030, com o propósito de mobilizar a comunidade empresarial a participar no mesmo.

Os trabalhos a desenvolver deverão considerar os objetivos específicos do Programa ALGARVE 2030 enunciados no Caderno de Encargos deste projeto, nomeadamente:

- + OE 2.1 (RSO2.1) – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
- + OE 2.2. (RSO2.2) – Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (eu) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos
- + OE 2.6 (RSO2.6) – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos

Para além disso, os trabalhos deverão ainda considerar, o *OE 1.4 (RSO1.4) – Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo*, enquanto objetivo específico transversal aos domínios apresentados, na ótica da dinamização do ecossistema de inovação regional, e seguindo os princípios promovidos pela EREI Algarve.

Para cada objetivo específico deverão ser consideradas as tipologias de intervenção identificadas no Caderno de Encargos, e que são explicitamente direcionadas para as empresas, procurando atender aos principais contributos e impactes assinalados.

Tal como referido, a EREI Algarve constitui um dos principais instrumentos de concretização da visão de promoção de um “Algarve mais dinâmico e inovador”⁷, e como tal as prioridades identificadas para o desenvolvimento regional devem ser vertidas na definição do âmbito deste trabalho.

As prioridades de investimento regionais identificadas na estratégia (EREI Algarve) comportam o foco nos setores regionais já consolidados, como é o caso do **Turismo** e do **Mar**, assim como dos setores emergentes como **Saúde, Ciências da Vida e Longevidade; Recursos Endógenos Terrestres; Indústrias Culturais e**

⁷ CCDR Algarve; Universidade do Algarve (2015) EREI Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (versão revista em julho 2015)

Criativas; Digitalização e Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Sustentabilidade Ambiental.

Essas prioridades foram definidas com base nos pontos fortes da região, vantagens competitivas, potencial de excelência, e potencial sinérgico, uma vez que, dada a sua natureza transversal, os setores emergentes identificados apresentam uma complementaridade com os setores consolidados, devendo, por isso, ligar-se e apoiar-se, fomentando o seu potencial transformador dos setores consolidados.

Apesar da diversidade de foco pretendida para este trabalho, não é possível ignorar o protagonismo que o setor do turismo na economia regional. Nesse sentido, de acordo com as orientações estratégicas da EREI Algarve, o setor do turismo deve manter-se como setor fundamental de intervenção, dados os recursos existentes, a capacidade instalada, o conhecimento acumulado, e sobretudo, o potencial sinérgico com as cadeias de valor de outros setores identificados. Para além disso, a Agenda Europeia para o Turismo 2030 assinala ainda o compromisso comunitário de promoção do turismo sustentável na dimensão ambiental, em particular no domínio de transição ecológica, salientando o alinhamento com os objetivos específicos do Programa ALGARVE 2030, ao nível da promoção da inovação aplicada aos processos de sustentabilidade ambiental nas áreas de economia circular e energia.⁸

A análise do potencial setorial de contribuição para os objetivos enunciados (descarbonização, eficiência energética e economia circular) pretende também constituir uma prova de conceito para as restantes atividades económicas existentes na Região, e desta forma, um estímulo ao desenvolvimento integral produtivo da região, através da promoção de processos mais circulares, eficientes e sustentáveis.

⁸ Conselho da União Europeia (2022) Agenda Europeia para o Turismo 2030 – Conclusões do Conselho (Adotadas em 01/12/2022)

3 METODOLOGIA

3.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

O principal objetivo do presente trabalho, como referido, consiste no desenvolvimento de um modelo de implementação e referencial de avisos futuros, direcionado às empresas, no domínio da economia circular, incluindo o tema da descarbonização do turismo. Nesse sentido, entende-se que o trabalho siga uma metodologia de caráter predominantemente qualitativo, assente num processo coeso de auscultação às principais partes interessadas das principais esferas com potencial de transformação e crescimento na área da economia circular e energia.

Como mencionado no *Relatório Metodológico*, este trabalho foi dividido em três principais fases, que, por sua vez, englobaram as várias atividades necessárias à prossecução do objetivo principal do trabalho, concretizando os vários entregáveis solicitados no Caderno de Encargos. A fase I e II focou-se nos trabalhos de recolha e análise de informação, através de atividades como a *mobilização das entidades selecionadas para as entrevistas*, a realização de um *benchmark* e um *planeamento estrutura de referenciais*. Estas fases foram seguidas pela fase III, em que se procedeu ao processo de auscultação por meio da realização dos *workshops temáticos setoriais*, assim como a realização do processo de consolidação de resultados.

O processo de consolidação de resultados teve como objetivo a análise das conclusões das fases anteriores e a proposta de recomendações para o desenvolvimento do modelo de implementação e referencial de avisos futuros para o domínio da economia circular e descarbonização do turismo.

3.2 MÉTODOS DE RECOLHA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO

A secção seguinte apresenta, de forma detalhada das principais atividades realizadas no âmbito de cada fase de trabalho definida.

Entrevistas

As entrevistas têm como objetivo auscultar um conjunto de interlocutores que se constituem como atores mobilizadores para a dinamização do ecossistema associado às candidaturas a apoios comunitários, e neste caso, servir de referência para o desenho dos referenciais para a economia circular e promoção da descarbonização no setor do turismo.

Em apêndice (7.2) apresenta-se a seleção das entidades que se disponibilizaram a participar nesta fase de auscultação. Foram auscultadas entidades tais como associações empresariais, empresas representantes dos diversos setores regionais de atividade, entre outras, e que se caracterizam enquanto potenciais

agentes mobilizadores para a candidatura aos avisos e desenvolvimento de operações com impactes e resultados profícuos para as áreas em questão.

As entrevistas tiveram por base um referencial de auscultação, que se apresenta em apêndice (7.3), e que pretendeu guiar o processo de entrevista de forma orgânica, de modo a garantir o conforto dos participantes, e a obtenção de informação relacionada pertinente, e que à partida possa não estar contemplada no referencial proposto.

No início de cada entrevista foi realizada uma breve apresentação de ambas as partes, da equipa de trabalho e do entrevistado, de forma a explicar o objetivo do trabalho e processo de auscultação.

Workshops

Os *workshops* enquadraram-se numa segunda fase do processo de auscultação, marcando o início do processo de consolidação de resultados, considerando a sua mais-valia enquanto ferramenta dinâmica e qualitativa de validação da informação recolhida nas fases anteriores de trabalho: análise documental, *benchmark* e entrevistas.

A auscultação realizada no âmbito dos *workshops* assumiu, assim, um carácter mais prático e de natureza interventiva, pretendo, através de uma abordagem baseada na metodologia de *design thinking*, solicitar a participação direta dos participantes num um processo guiado e faseado de reflexão (Fase I), capacitação e discussão (Fase II) e ideação (Fase III), no âmbito do presente trabalho.

A caixa seguinte expõe os principais pontos de planeamento e concretização destas sessões. As sessões foram organizadas e dinamizadas pela equipa de trabalho, tendo sido apoiadas pela CCDR-Algarve através da facilitação de contactos para a cedência do espaço e materiais.

Caixa 1. Planeamento dos workshops

Objetivo: Considerando o exercício de programação dos avisos de candidatura assumido por este trabalho, os workshops tiveram como principal objetivo contextualizar e capacitar os participantes acerca das oportunidades atualmente existentes no sistema financeiro e operacional no domínio do ambiente.

Público-alvo: Associações empresariais, empresas, entre outras entidades, dos setores chave identificados na EREI Algarve.

As sessões foram limitadas a cerca de 20 participantes, de modo a garantir a representatividade dos participantes, mas ao mesmo tempo a gestão e moderação favorável da sessão por parte da equipa de trabalho.

Formato: realização de duas sessões presenciais, com a duração de três horas, dedicadas aos setores prioritários identificados pela EREI Algarve. A realização presencial das sessões decorreu nas instalações do NERA enquanto parceiro do projeto Diversificar Algarve.

Calendário: 22 de agosto de 2023

Dinâmica das sessões:

Fase I: Enquadramento

- Enquadramento geral da EREI Algarve e do Programa ALGARVE 2030, incluindo principais linhas relacionadas com descarbonização e economia circular (~15 minutos)
- Enquadramento dos objetivos do workshop (~5 minutos)

Fase II: Capacitação e Discussão

- Introdução à metodologia do workshop (~10 minutos), incluindo a descrição do *quadro inicial*, que servirá para ao longo do workshop os participantes confrontarem as suas próprias ideias / conceções de projetos face a este quadro
- Exercício 1 – Âmbito: mapeamento dos potenciais projetos no âmbito dos diversos OE, fomentando a discussão de outros aspetos tais como os potenciais promotores e a dimensão financeira dos projetos.
- Exercício 2 – Planeamento: discussão acerca do planeamento desejável para o programa e para as operações apoiadas, considerando os riscos inerentes (p.ex., maior maturidade exige maior tempo de preparação de candidaturas), nomeadamente, como devem ser articulados os avisos no tempo e outros instrumentos de apoio ao planeamento, como manifestações de interesse e formação/capacitação dos potenciais beneficiários em articulação com a abertura dos avisos. Para além disso, esta atividade incluiu uma reflexão acerca da avaliação e monitorização das operações apoiadas, no sentido de perceber se os indicadores perspetivados transmitem as realizações e resultados das operações e se os potenciais beneficiários consideram que são adequados e possíveis de calcular de forma robusta.

Fase III: Conclusão

- Partilha de resultados e reflexão
- Intervenção da AG para agradecimento e conclusão dos trabalhos

4 BENCHMARK

De forma a direcionar da melhor forma os avisos que serão lançados no futuro, foi realizado um levantamento e análise de avisos já publicados relativos à temática da economia circular, mas também relativos à descarbonização e eficiência energética. A pesquisa destes avisos foi centrada no setor do turismo e agricultura, tendo sido captados exemplos do contexto nacional (tanto a nível do país como de regiões) e internacional (Espanha).

De seguida são apresentadas as principais considerações para cada um dos tópicos mais relevantes analisados: beneficiários dos avisos, tipologia das despesas elegíveis, montante disponível, tipologia de apoio e taxas de financiamento, duração de prazos de candidatura, e prazos de execução do projeto. Em Apêndice (7.44) é apresentado o quadro com a informação detalhada de cada um dos avisos analisados.

- **Beneficiários dos avisos:** a maioria dos avisos são destinados a empresas de todas as dimensões (micro, pequenas, médias e grandes empresas), existindo também avisos que acolhem candidaturas de pessoas singulares que sejam responsáveis por atividades/explorações dos setores visados. Foi identificado um aviso que apesar de não ser direcionado a empresas, permite a submissão de candidaturas de entidades associativas e fundações.
- **Tipologia das despesas elegíveis:** considera custos com consultoria, no caso dos avisos com montantes de apoio mais reduzidos; e custos que podem envolver aquisição e instalação de equipamentos, construção, entre outros, para os apoios com mais apoio envolvido.
- **Montante disponível:** os valores variam entre avisos com montantes reduzidos (p.ex., 500 mil euros, 1,5 milhões de euros) e avisos com montantes de maior dimensão (entre os 8 e os 20 milhões de euros). O Aviso captado de Espanha foi o que apresentou o valor mais elevado (26,2 milhões de euros).
- **Tipologia de apoio e taxas de financiamento:** os apoios podem ser atribuídos em formato não reembolsável, com taxas de financiamento entre os 45% e 100%, podendo estes valores ser variáveis mediante a dimensão das empresas. Há também apoios que são atribuídos como empréstimos, podendo uma percentagem do financiamento (p.ex., 30%) ser transposto para apoio não reembolsável mediante o cumprimento dos objetivos definidos.
- **Duração de prazos de candidatura:** os avisos tendem a apresentar períodos mais alargados para receção de candidaturas, quanto mais elevados forem os montantes disponíveis. Nos avisos analisados estes períodos variaram entre, aproximadamente, 1,5 meses e 9 meses. Aponta-se ainda a possibilidade de ocorrerem prorrogações para permitir a melhor execução dos avisos.
- **Prazos de execução do projeto:** apesar deste parâmetro ser bastante variável entre avisos, tipicamente existe um período definido para que o projeto se inicie depois de ter sido aprovado (p.ex., entre 4 a 6 meses para os avisos analisados) e um período de execução máximo (que chega aos 24 meses, segundo um dos avisos considerados).

Adicionalmente, assinala-se, ainda a existência de eventos realizados para dar a conhecer os avisos e impulsionar a submissão de candidaturas por parte dos possíveis beneficiários.

Nesta fase, foi também realizado um *benchmark* de iniciativas empresariais, com o objetivo de identificar casos de sucesso, que poderão ser um auxílio importante para garantir a mobilização das empresas e a participação nos avisos futuros que venham a ser lançados. Há semelhança do realizado para os Avisos, os casos empresariais identificados foram focados no setor do turismo & restauração e no setor agroalimentar, tendo sido identificada a área temática/estratégia em que o exemplo se insere, no que diz respeito à economia circular e contributo para a descarbonização (p.ex., instalação de equipamentos para produção de energia de origem renovável). Os resultados são apresentados no Apêndice (7.5).

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS REFERENCIAIS DE AVISO

O presente capítulo apresenta uma visão acerca dos referenciais de avisos futuros a propor, de acordo com o objetivo deste trabalho, assim como os respetivos modelos de implementação dos mesmos.

5.1 ESTRUTURA DOS REFERENCIAIS DE AVISO

A estrutura dos referenciais de aviso é apresentada em tabela (Tabela 7), contemplando definições sobre os parâmetros a considerar na elaboração dos avisos, assim como alguns exemplos de concretização desses parâmetros, com referência às bases de recolha de evidência para o desenho dos mesmos. A definição dos parâmetros foi baseada nas fichas de definição de avisos do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), considerando as semelhanças de âmbito temáticas com os OE em foco neste trabalho.

Em paralelo, as considerações e definições apresentadas incluem uma reflexão acerca dos contributos recolhidos por meio dos exercícios de auscultação (*workshop* e entrevistas), assim como de um conjunto de orientações prévias extraídas do próprio exercício de *benchmark* apresentado (apêndices 7.4 e 7.55).

5.1.1 Áreas de Investimento

Um dos principais temas a considerar nos avisos são as áreas de investimento elegíveis para apoio no âmbito de cada domínio de intervenção definido pelo Programa ALGARVE 2030. Dada a sua primazia enquanto fator de promoção de uma maior adequação dos avisos de abertura de concurso às especificidades regionais e alinhamento com a EREI Algarve, a correta identificação e definição das áreas de investimento garantirá a atração de promotores empresariais e a submissão de candidaturas.

As áreas de investimento serão dependentes do âmbito e objetivos definidos para cada aviso. Para cada OE, o Programa ALGARVE 2030 estabelece os seus principais domínios de intervenção, no qual se definem, de forma genérica, as áreas de investimento que serão elegíveis no âmbito de cada temática: i) eficiência energética; ii) energias renováveis; iii) economia circular e eficiência de recursos e; iv) eficiência e circularidade da água.

Nesse sentido, considerando os OE em foco neste trabalho, as tabelas seguintes apresentam as propostas temáticas que poderão ser identificadas como áreas de investimento a considerar nos futuros avisos a publicar, de acordo com os respetivos domínios de intervenção associados. Tal como referido, esta proposta de áreas de investimento resulta do trabalho realizado, que contempla:

- i. tendências internas, isto é, ideias e projetos identificados pelas empresas e entidades auscultadas nos *workshops* e entrevistas realizadas;
- ii. tendências externas, ou seja, projetos captados no *benchmark* realizado e que podem servir de inspiração para a região do Algarve;

- iii. histórico de apoios, onde são apresentados exemplos de projetos apoiados anteriormente na região, nomeadamente através do CRESC ALGARVE 2020 (Programa Operacional Regional do Algarve).

De forma a melhor enquadrar as áreas de investimento apresentadas no contexto da EREI Algarve e da ENEI 2030, em anexo (7.6) é feita a atribuição das áreas de investimento por ação transformativa de cada domínio (p.ex., turismo, economia do mar, recursos endógenos terrestres, sustentabilidade ambiental).

5.1.1.1 OE 2.1 – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa

a) Eficiência Energética

Tabela 2 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a eficiência energética

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Instalação de novos equipamentos e tecnologias para uso eficiente da energia	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de sistemas de gestão inteligentes • Implementação de soluções construtivas para garantir o conforto térmico e minimizar a necessidade de climatização (p.ex., colocação de toldos, películas de controlo solar em envidraçados), incluindo soluções de base natural (p.ex., coberturas verdes) • Aposta na renaturalização da paisagem para permitir redução do consumo de energia • Instalação de equipamento de frio com isolamento térmico elevado 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sistemas de aproveitamento de calor para aquecimento permitindo reduzir a fatura energética (p.ex., aproveitamento do calor de cozinhas em espaços de restauração para aquecimento de água que é utilizada nos radiadores de salas, evitando aquisição de energia) • Instalação de sistemas inteligentes para minimização de consumos de energia na indústria e hotelaria (p.ex., sistema centralizado de controlo com possibilidade de desligar o ar condicionado nos quartos de hotéis) • Instalação de sistemas de arrefecimento naturais (p.ex., utilização de biocoolers para as unidades industriais fabris, ou outros espaços de armazenamento) 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de sistemas para melhoria da eficiência energética em ambiente construído (p.ex., instalação de isolamentos térmicos, novas caixilharias em janelas, isolamento térmico no interior de tanque de piscina, cobertura térmica do plano de água e sistema de controlo e monitorização inteligente) • Implementação de sistemas de gestão inteligentes e novas tecnologias (p.ex., inteligência artificial aplicada à previsão de problemas e otimização da eficiência energética e à gestão de motores em instalações e equipamentos agroindustriais, entre outros) • Substituição de equipamentos obsoletos e instalação de equipamentos com eficiência melhorada (p.ex., iluminação LED, novos equipamentos de refrigeração)

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Implementação de projetos de I&D		<ul style="list-style-type: none"> • Investigação sobre a integração de algas e bactérias para melhoria da eficiência dos painéis fotovoltaicos (biofotovoltáico) • Investigação sobre o desenvolvimento de soluções para o armazenamento de energia (e.g, baterias de areia) • Desenvolvimento de projetos de produção de energia a partir da energia cinética de veículos 	<ul style="list-style-type: none"> • Otimização de sistemas energéticos na construção e reabilitação de edifícios • Desenvolvimento de <i>software</i> de apoio à eficiência energética (p.ex., <i>software</i> avançado para alarmística e redução de consumos de energia em edifícios)

5.1.1.2 OE 2.2 – Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos

a) Energias Renováveis

Tabela 3 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a energias renováveis

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Instalação de sistemas de produção de energia renovável ⁹	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de geradores eólicos • Instalação de centrais hidroelétricas de pequena dimensão (p.ex., em espaços que tenham represas de água) • Instalação de sistemas de produção de gases renováveis (p.ex., hidrogénio verde, biogás e biometano a partir de resíduos, incluindo em aterros) • Promoção de Comunidades de Energia Renovável 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de geradores eólicos de pequena dimensão (p.ex., em edifícios com exposição ao vento e zonas de terraço disponíveis, incluindo em hotéis e armazéns) • Instalação de vidros solares • Instalação de telhas solares fotovoltaicas 	-
Instalação de sistemas de armazenamento de energia de origem renovável	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de baterias de armazenamento de energia (p.ex., em pequenas unidades hoteleiras) 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementação de modelo de gestão de energia em central elétrica virtual 	-

⁹ Outras tecnologias e sistemas de produção de energia renovável como painéis solares e fotovoltaicos não são referidos, dado que os apoios se destinam a tecnologias não maduras para produção energética.

5.1.1.3 OE 2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos

a) Economia Circular e Eficiência de Recursos

Tabela 4 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a economia circular e eficiência de recursos

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Desenvolvimento de novos produtos com utilização de subprodutos ou excedentes de produção	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de insetos e ração animal para aquacultura a partir de subprodutos agrícolas (citrinos, agricultura, alfarroba, azeitona, outros) e resíduos alimentares da restauração) • Utilização de conchas para produção de materiais de construção • Produção de biogás e biodiesel a partir de óleos alimentares usados 	<ul style="list-style-type: none"> • Carpetes feitas a partir de redes de pesca usadas • Produção de cogumelos com recurso a borras de café • Produção de cerveja através da fermentação de sobras de pão da indústria panificadora • Produção de fibras têxteis a partir de subprodutos agrícolas, como folhas de abacaxi • Utilização de sobras de processamento de pescado, como cabeças peles e espinhas para produção de ração animal e peças de artesanato 	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de painéis de revestimento em placas de betão leve com incorporação de resíduos ou subprodutos da indústria da construção
Desenvolvimento e implementação de práticas, processos e tecnologias	<ul style="list-style-type: none"> • Tratamento de resíduos orgânicos, por exemplo através de compostagem local nos hotéis 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de opções de reenchimento para redução de utilização de embalagens de uso único (p.ex., pontos de água para 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação de ligas metálicas e metais preciosos de equipamentos em fim de vida

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
de prevenção, tratamento e reciclagem de resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Recolha e tratamento de biorresíduos junto de grandes produtores • Valorização de resíduos de madeira e verdes • Separação de resíduos na origem para melhorar taxas de reciclagem e valorização energética (p.ex., separação de resíduos de pladur/gesso cartonado em obra) • Modernização dos equipamentos e infraestruturas afetos ao tratamento dos resíduos, permitindo garantir a máxima recuperação e diminuição das quantidades encaminhadas para aterro 	<ul style="list-style-type: none"> reenchimento de recipientes reutilizáveis dos consumidores) • Implementação de soluções de embalagens reutilizáveis para restauração, incluindo consumo no próprio espaço ou <i>take-away</i> • Certificações de circularidade para o setor da construção (p.ex., desenvolvimento de modelos de auditoria adaptados à realidade nacional, em particular, para as fases de demolição e/ou renovação projeto CLOSER) 	
Instalação de sistemas inteligentes e de produção para redução dos desperdícios de produção e melhoria da produtividade	<ul style="list-style-type: none"> • Aposta na digitalização para monitorização da utilização de recursos 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia de Controle Numérico Computadorizado (CNC) na indústria de transformação de rochas • Utilização de aplicações digitais e sistemas de inteligência artificial para redução do desperdício alimentar (p.ex., em espaços de hotelaria, restauração e cozinhas industriais) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de novas tecnologias de processamento na indústria metalomecânica

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
		<ul style="list-style-type: none"> I&D em tecnologias para a desconstrução e construção circular (p.ex., desenvolvimento de ferramentas digitais para a promoção da circularidade de projetos de construção – Circular EcoBIM; desenvolvimento de plataformas para o cálculo de benefícios económicos e ambientais associados aos processos de desconstrução e reutilização – projeto C+D; desenvolvimento de estruturas digitais de metadados, normalizadas e interoperáveis para descrição das características dos produtos ou sistemas de construção – projeto GrowingCircle) Promoção de mercados para a circulação de materiais e componentes secundários 	
Conceção ecológica de produtos e serviços	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação de critérios de <i>ecodesign</i> nos produtos têxteis, para substituição dos componentes e materiais que limitam o seu encaminhamento para valorização quando em fim de vida (p.ex., botões, 	<ul style="list-style-type: none"> Conceção de edifícios segundo os princípios de circularidade, permitindo incorporação de RCD em obra e funcionando como repositório de materiais que podem ser recuperados no fim de vida do edifício 	-

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
	cloro e tintas que limitam utilização em cimenteiras)		
Desenvolvimento de soluções para minimização da utilização de matérias-primas virgens e utilização de materiais recicláveis	-	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia de marcação dos produtos através de laser de alta definição que remove parte do pigmento da camada exterior da pele da fruta ou do vegetal, evitando o uso de película de plástico • Adaptação de processos para utilização de matérias-primas facilmente recicláveis (p.ex., substituição de caixas de poliestireno por caixas de cartão) • Promoção de modelos de construção circulares (p.ex., desenvolvimento de modelos de construção pré-fabricada modular com recurso a materiais alternativos verdes – projeto Circular Build; desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão para promover o aumento da reutilização dos materiais e a redução na produção de resíduos no setor da construção – projeto Edifícios Circulares) 	-

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Implementação de projetos de I&D	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de projetos I&D para oportunidades de valorização e reutilização de resíduos e subprodutos de empresas da região (p.ex., produtos alimentares) Apoio a projetos I&D nas PME (p.ex., LCA de produtos e serviços) 	<ul style="list-style-type: none"> I&D sobre materiais de construção alternativos e inovadores (p.ex., desenvolvimento de novos materiais que permitam aliar a eficiência energética à recuperação de resíduos – Projeto Circular 2B; desenvolvimento de soluções de incorporação de RCD – projeto CirMat) 	-

b) Eficiência e Circularidade da Água

Tabela 5 - Considerações sobre a tipologia de operações a definir nos avisos relativos a circularidade da água

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Tratamento e aproveitamento de águas residuais e outros efluentes	<ul style="list-style-type: none"> • Sistema de tratamento para águas cinzentas e residuais (p.ex., na hotelaria e indústria) • Reaproveitamento dos efluentes e lamas da produção em aquacultura para a produção de algas e/ou bivalves, por exemplo recorrendo a sistemas multitróficos 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sistemas de aproveitamento e tratamento de águas cinzentas (p.ex., hotel com sistema de recolha de águas dos banhos que após tratamento é utilizada na rega de espaços verdes e descargas sanitárias) 	<ul style="list-style-type: none"> • Novos processos de tratamento de efluentes (p.ex., tratamento de estrume líquido com recurso a microalgas) •
Aproveitamento de águas pluviais	<ul style="list-style-type: none"> • Captação e armazenamento de águas pluviais (p.ex., em espaços agrícolas, empreendimentos hoteleiros, parques aquáticos, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Instalação de sistemas de desinfecção de águas pluviais (p.ex., sistema de recolha, desinfecção com ozono e armazenamento para uso futuro) 	-

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Desenvolvimento e implementação de novas práticas, equipamentos e tecnologias para uso eficiente da água	<ul style="list-style-type: none"> • Renovação/modernização dos sistemas de rega, incluindo sistemas inteligentes (p.ex., em espaços agrícolas, empreendimentos hoteleiros, campos de golfe, entre outros) • Garantir isolamento das tubagens para evitar perdas de água • Apostar em intervenções locais (p.ex., com instalação de redutores de caudal) • Substituição de espaços relvados por outro tipo de vegetação não exigente no consumo de água 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de soluções inovadoras e inteligentes para a agricultura (p.ex., têxtil de algodão inteligente e sensível à temperatura, que absorve a água do ar durante a noite e durante o dia repele a água retida através da contração das fibras) • Instalação de sistemas de sensorização e monitorização da humidade do solo, evitando a utilização de água para rega desnecessária 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de soluções de rega inteligente (p.ex., sistema para redução do consumo de água, diminuição do tempo de reação na resolução de problemas e manutenção da qualidade dos espaços verdes)

5.1.1.4 *Objetivos Transversais: Capacitação, formação e colaboração*

Tabela 6 – Identificação das potenciais áreas de investimento a considerar nos avisos relativos a capacitação

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
Estabelecimento de colaborações e parcerias	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e caracterização dos resíduos gerados na região para permitir desenvolver projetos de valorização e reciclagem apropriados, incluindo através do estabelecimento de simbioses industriais • Estrutura de animação territorial de apoio a microiniciativas, que permita ultrapassar limitações burocráticas • Apoio a projetos colaborativos (p.ex., cozinhas industriais coletivas) • Criação de <i>marketplace</i> / espaços de concentração dos produtos de pequenos produtores locais, de forma a minimizar barreira logística entre produtor-cliente e torná-los competitivos, o que permitiria evitar o seu desperdício (p.ex., de produtos alimentares) 	-	-

Temáticas sugeridas para a área de investimento	Exemplos		
	Tendências internas	Tendências externas	Histórico de apoios
	<ul style="list-style-type: none"> • Rede de partilha informal de informação relevante e boas práticas 		
Formação e capacitação das empresas e <i>stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Integração de programas de mentoria e aceleração de novos negócios, especialmente destinado a <i>start-ups</i> • Desenvolvimento dos RH locais para colmatar dificuldades atuais na região • Capacitação dos diversos atores para o consumo eficiente de energia (p.ex., RH do setor turístico, turistas, entre outros) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de capacitação e de suporte às PME's do setor turístico, promovendo o enquadramento teórico sobre economia circular e descarbonização • Aceleração e apoio à implementação de projetos piloto 	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação e transferência de conhecimento na área da eficiência energética e energias renováveis, quanto às melhores metodologias, tecnologias e modelos de negócio (p.ex., em empreendimentos turísticos)

5.1.2 Considerações sobre os restantes parâmetros

Relativamente aos restantes parâmetros integrantes na estrutura dos referenciais dos avisos, na tabela seguinte são apresentadas as principais considerações e propostas de definição que poderão constituir de guia para o processo de elaboração dos avisos futuros. Tal como referido, estas considerações foram definidas com base nos contributos recolhidos em fase de auscultação e que se apresentam em apêndice (7.67).

Tabela 7 - Considerações sobre os parâmetros a definir nos avisos.

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
<p>Âmbito e Objetivos</p>	<p>O âmbito e objetivos dos avisos pretendem endereçar o seu enquadramento no que concerne com as principais políticas públicas e estratégias associadas ao cumprimento dos OE para os quais os avisos se inserem e pretendem contribuir.</p>	<p>Neste caso, o âmbito deste trabalho define que os avisos a elaborar deverão estar circunscritos aos seguintes Objetivos Específicos: OE 2.1 – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa; OE 2.2. Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 [1], incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos; OE 2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos.</p> <p>Considerando ainda, de forma transversal, o contributo para o OE 1.4 – Desenvolver competências para a especialização inteligente a transição industrial e o empreendedorismo.</p> <p>Como tal, o enquadramento dos avisos a propor deverá considerar as principais considerações dos principais documentos de referência nacional e regional no contexto da economia circular, energia e inovação, e já identificados na descrição do processo de análise documental.</p>

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Beneficiários	<p>Os beneficiários dos avisos a lançar estão desde logo definidos nas especificações dos “principais grupos-alvo” de cada OE, do Programa ALGARVE 2030.</p> <p>Os avisos deverão permitir a candidatura de empresas de todas as dimensões, incluindo micro, pequenas e médias empresas, dado que estas são as mais comuns no tecido empresarial da região do Algarve.</p>	<p>De entre os beneficiários identificados em sede do Programa ALGARVE 2030, apenas deverão ser consideradas elegíveis as entidades de natureza privada (empresas), assim como os potenciais atores e parceiros do sistema científico e tecnológico, capazes de concretizar projetos integrados nas áreas de investimento que incentivam à mudança, transformação e inovação. Para além disso, as empresas elegíveis deverão ter atividade base associada aos principais setores identificados – Turismo, Mar e Outros Setores Emergentes.</p>
Âmbito Geográfico	<p>O âmbito geográfico de elegibilidade das operações será definido de acordo com a “indicação dos territórios específicos visados” estabelecidos para cada OE do Programa ALGARVE 2030.</p>	<p>Considerando os OE em análise no presente trabalho, o âmbito geográfico estará circunscrito à Região do Algarve (NUTS II), podendo, ainda, em alguns casos, abranger a articulação com outras áreas territoriais, por exemplo enquadrados no âmbito de Instrumentos Territoriais Integrados (ITI)</p>

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Grau de maturidade mínimo exigido às operações	<p>O parâmetro de grau de maturidade mínimo exigido às operações é um dos principais fatores de garantia do sucesso e maximização do valor das operações apoiadas, ao mesmo tempo, atuando como um indicador de promoção da eficiência financeira dos apoios, i.e., de racionalização dos investimentos. Neste sentido, por princípio, o nível de maturidade mínimo das operações deve ser elevado, de modo a garantir o investimento em projetos que atestem evidências metodológicas, técnicas e operacionais de eficácia e eficiência comprovada, considerando os objetivos de cada aviso, e os impactes desejáveis a alcançar.</p>	<p>Para este parâmetro, deverão ser definidos quais os elementos técnicos (p.ex., pareceres), administrativos (p.ex., peças preparatórias relacionadas com procedimentos de contratação pública), metodológicos (p.ex., estudos, referenciais) e/ou operacionais que deverão ser entregues na fase de candidatura aos avisos, e que, posteriormente, deverão ser analisados por técnicos especializados que atestem essas evidências.</p>
Prazo de Execução das Operações	<p>O prazo de execução das operações é um elemento operacional enquadrador e de referência para as candidaturas, cujo incumprimento está, por norma, associado a penalizações.</p> <p>De forma a evitar a não execução dos projetos, sugere-se que o período máximo de execução seja de 3 anos, podendo surgir períodos mais alargados em consequência da atribuição de prorrogações.</p>	<p>O prazo de execução será dependente das áreas de investimento a considerar para cada âmbito temático, os quais, naturalmente, divergem consoante a natureza e dimensão dos projetos.</p>

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Natureza do Financiamento	A natureza do financiamento está relacionada com o modo de concretização do apoio a conceder às operações candidatas.	<p>O Programa ALGARVE 2030 define, para cada OE, a forma de financiamento aplicável. Considerando os OE específicos do objetivo deste trabalho (OE 2.1; OE 2.2; OE 2.6; OE 1.4.), as subvenções são a forma de financiamento predominante, com exceção do OE 2.1, para o qual está também prevista a concretização de apoio através de instrumentos financeiros: garantias e subvenções no âmbito de uma operação a título de um instrumento financeiro.</p> <p>A Tabela 8 explicita os montantes de apoio dimensionado por forma de financiamento para cada OE.</p>
Dotação financeira e taxa máxima de cofinanciamento	A dotação financeira e a taxa máxima de cofinanciamento são dos principais elementos de referência de qualquer aviso, permitindo balizar as ambições e objetivos propostos pelos candidatos.	<p>Tal como referido, os montantes dimensionados por domínio de intervenção (Tabela 8) vêm orientar a definição da dotação financeira a atribuir para cada aviso. Para esta definição, deverão também ser considerados os princípios de racionalização dos montantes de investimento.</p> <p>De acordo com o Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns para reger os oito fundos da UE, a taxa máxima de cofinanciamento para as operações a aprovar no âmbito dos vários avisos terá de ser definida de acordo com o nível de desenvolvimento da Região a beneficiar dos apoios. No caso do Algarve,</p>

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
		considerando o seu posicionamento enquanto região em transição ¹⁰ , a taxa máxima de cofinanciamento aplicável é de 70%.
Período para Receção de Candidaturas	Este parâmetro, apesar de ser fundamental estar incluído na descrição dos avisos, não constitui um fator decisivo para a tomada de decisão acerca do processo de candidatura, estando assim fora do âmbito deste trabalho, cujo objetivo principal é mobilizar as partes interessadas para o concurso aos avisos a lançar nos domínios da economia circular e energia.	
Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar	<p>Este parâmetro deverá explicitar os critérios a que os beneficiários, as operações e despesas do projeto devem atender, de modo a serem consideradas elegíveis.</p> <p>Especificamente no que diz respeito às despesas elegíveis, pode ser avaliada a possibilidade de serem aceites despesas que, embora contribuam para a execução dos objetivos apontados no projeto a financiar, não tenham sido realizadas dentro do cronograma de execução apresentado (p. ex., atrasos no fornecimento de equipamentos e materiais devido a condicionantes externas ao promotor do projeto). Ainda assim, esta situações poderão ter de ser analisadas caso a caso.</p>	<p>Os critérios de elegibilidade dos beneficiários são, por norma, semelhantes entre os vários programas operacionais, obedecendo a determinadas condições definidas nos regulamentos do programa e os regulamentos específicos. Contudo, existe também a <i>praxis</i> das autoridades de gestão que avaliam a aplicação destes regulamentos.</p> <p>A título de exemplo apontam-se os projetos que necessitam de licenças especiais ou de estudos detalhados para a verificação da conformidade ambiental (p.ex., para reutilização de águas).</p>

¹⁰ Portugal 2020 (2021) Regiões elegíveis para financiamento no período de 2021-2027

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Preparação e submissão das candidaturas	Este parâmetro, apesar de ser fundamental estar incluído na descrição dos avisos, não constitui um fator decisivo para a tomada de decisão acerca do processo de candidatura, estando assim fora do âmbito deste trabalho, cujo objetivo principal é mobilizar as partes interessadas para o concurso aos avisos a lançar nos domínios da economia circular e energia.	
Processo de Decisão das Candidaturas	Este parâmetro, apesar de ser fundamental estar incluído na descrição dos avisos, não constitui um fator decisivo para a tomada de decisão acerca do processo de candidatura, estando assim fora do âmbito deste trabalho, cujo objetivo principal é mobilizar as partes interessadas para o concurso aos avisos a lançar nos domínios da economia circular e energia.	
Apuramento do mérito e seleção das candidaturas	O apuramento do mérito e processo de seleção das candidaturas relaciona-se com a aplicação de critérios de seleção que devem ser definidos aquando do processo de elaboração de cada aviso. Estes critérios de seleção devem ser variáveis e ajustados a cada domínio de intervenção e tipologia de intervenção compreendendo a avaliação de aspetos relacionados com a eficácia, alinhamento estratégico e eficiência, sustentabilidade e inovação dos projetos candidatos, entre outros fatores de relevante análise, e que permitam a melhor avaliação das candidaturas e aplicação do princípio de racionalização da aplicação dos apoios comunitários.	Por forma a valorizar as candidaturas de entidades que à partida apresentam menor capacidade financeira de implementar os projetos propostos, pode ser analisada a possibilidade de se atribuírem bonificações a projetos promovidos por empresas de pequena e média dimensão (incluindo nano e microempresas), bem como a projetos que resultem do estabelecimento de parcerias entre diversas entidades, desde que devidamente justificado o contributo adicional que cada uma terá para garantir a melhor execução do projeto proposto.

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Contratualização de realizações e resultados no âmbito das operações	<p>A contratualização de realizações e resultados depreende a proposta de metas, pela entidade beneficiária, a contratualizar com a Autoridade de Gestão do Programa. Estas metas são definidas através de indicadores de realização e resultado, que permitem monitorizar o nível de execução das operações e, em última instância, a respetiva evidência de impacte.</p>	<p>Os indicadores a definir deverão ser específicos para cada área temática e tipologia de aviso, permitindo traduzir as reais evidências da concretização das operações, e, por conseguinte, o seu impacte real e contributo para os OE correspondentes.</p>
Indicadores de acompanhamento das operações	<p>Os avisos devem apresentar de forma explícita o conjunto de indicadores que serão utilizados no processo de avaliação, como na análise de realização. Estes indicadores podem ser definidos de forma não absoluta (p ex., em percentagem) para permitir a comparabilidade entre projetos e, sempre que adequado, em rácio (p ex., considerar indicador em análise por dormida ou por euro faturado).</p> <p>Entre outros, os indicadores podem considerar o domínio: i) ambiental (p ex., % de redução na utilização de matérias-primas; % de redução de consumo de água; energia consumida/dormida); ii) social (p ex., número de empregos diretos e/ou indiretos, criados e/ou mantidos) e; iii) operacionais (p ex., número de novos produtos criados).</p>	

Parâmetros	Considerações sobre os parâmetros	Exemplo de definição
Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento	Este parâmetro, apesar de ser fundamental estar incluído na descrição dos avisos, não constitui um fator decisivo para a tomada de decisão acerca do processo de candidatura, estando assim fora do âmbito deste trabalho, cujo objetivo principal é mobilizar as partes interessadas para o concurso aos avisos a lançar nos domínios da economia circular e energia.	
Comunicação da decisão ao beneficiário	Este parâmetro, apesar de ser fundamental estar incluído na descrição dos avisos, não constitui um fator decisivo para a tomada de decisão acerca do processo de candidatura, estando assim fora do âmbito deste trabalho, cujo objetivo principal é mobilizar as partes interessadas para o concurso aos avisos a lançar nos domínios da economia circular e energia.	

5.2 MODELOS DE IMPLEMENTAÇÃO DOS AVISOS

O documento oficial do Programa ALGARVE 2030¹¹ explicita as Prioridades de Investimento (Objetivos Específicos) associadas aos cinco principais objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos. Estas Prioridades (OE) estão, assim, definidas neste documento, estabelecendo, por exemplo, as principais áreas de investimento a mobilizar no âmbito de cada PI deste Programa, os contributos esperados, os principais grupos-alvo, os principais indicadores de realização e resultado associados, assim como informação acerca da participação indicativa dos recursos programados por tipo de intervenção. Esta definição de parâmetros para cada PI, vem, desde logo, guiar o processo de modelação da estrutura dos referenciais de aviso, delimitando a sua dimensão e ambição.

No que refere aos modelos de implementação dos avisos, desde logo, é possível aferir que os montantes programados definidos para cada OE vêm limitar o número de avisos a abrir, dado que, considerando a temática de avisos a abrir, e as próprias áreas de investimento elegíveis para financiamento, a maximização do impacte das operações apoiada, será, para muitos casos, dependente do montante de financiamento a atribuir para cada operação a financiar.

A tabela seguinte (Tabela 8) evidencia a distribuição programada prevista por domínio de intervenção, assim como as respetivas formas de financiamento a disponibilizar para os OE identificados no âmbito do presente trabalho, e que se destinam exclusivamente a entidades privadas (empresas).

*Tabela 8 - Forma de financiamento e montante dimensionado por domínio de intervenção
Fonte: Programa ALGARVE 2030*

Objetivos Específicos (OE) Programa ALGARVE 2030	Forma de financiamento	Montante dimensionado por domínio de intervenção
OE 1.4 – Desenvolver competências para a especialização inteligente a transição industrial e o empreendedorismo	Subvenção: 5M€	023. Desenvolvimento de competências para a especialização inteligente, a transição industrial, o empreendedorismo e a capacidade de adaptação das empresas à mudança: 3M€
		173. Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas para executar projetos e iniciativas de cooperação territorial num contexto transfronteiriço, transnacional, marítimo e inter-regional: 2M€
		Total: 5M€

¹¹ CCDR Algarve (2022) Programa Regional do Algarve 2021-2027

Objetivos Específicos (OE) Programa ALGARVE 2030	Forma de financiamento	Montante dimensionado por domínio de intervenção
OE 2.1 – Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	Subvenção: 38,3M€ Apoio através de instrumentos financeiros: garantia: 250 m€ Apoio através de instrumentos financeiros: subvenções no âmbito de uma operação a título de um instrumento financeiro: 250 m€	038. Projetos de eficiência energética e de demonstração nas PME e medidas de apoio: 4M€ 039. Projetos de eficiência energética e de demonstração nas grandes empresas e medidas de apoio: 2M€ 040. Projetos de eficiência energética e de demonstração nas PME ou nas grandes empresas e medidas de apoio, conformes com os critérios de eficiência energética: 6M€ 046. Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização: 3M€ Total: 15M€
OE 2.2. – Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001 [1], incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	Subvenção: 18M€	048. Energia renovável: solar: 10M€ 051. Energia renovável: marítima: 4M€ 052. Outras energias renováveis (incluindo a energia geotérmica): 2M€ 053. Sistemas energéticos inteligentes (incluindo as redes inteligentes e sistemas de TIC) e respetivo armazenamento: 2M€ Total: 18M€
OE 2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	Subvenção: 52M€	030. Processos de investigação e de inovação, transferência de tecnologias e cooperação entre empresas, centrados na economia circular: 1M€ 069. Gestão de resíduos comerciais e industriais: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem: 10M€ 071. Promoção da utilização de materiais reciclados como matérias-primas: 4M€ 072. Utilização de materiais reciclados como matérias-primas de acordo com critérios de eficiência: 8M€ 075. Apoio aos processos de produção respeitadores do ambiente e à utilização eficiente dos recursos nas PME: 1M€ 076. Apoio aos processos de produção respeitadores do ambiente e à utilização eficiente dos recursos nas grandes empresas: 1M€ Total: 25M€

Com base na informação apresentada, verifica-se que os domínios de intervenção e respetivos montantes dimensionados pelo Programa ALGARVE 2030 apresentam uma dotação relativamente reduzida, considerando a diversidade de tipologia de beneficiários alvo apontados como elegíveis no regulamento do PO, assim como as áreas de investimento elegíveis para cada OE, especialmente ao nível da área temática da energia, na qual, tipicamente, os projetos assumem uma maior dimensão financeira, dados os custos tecnológicos associados. Nesse sentido, numa primeira análise, depreende-se que o número de avisos a lançar poderá ser em número reduzido, entre quatro a seis avisos por cada OE definido, no entanto, garantindo a abrangência dos diversos domínios de intervenção previstos, assim como as condições de atratividade para os beneficiários.

5.3 COMENTÁRIOS FINAIS

Dadas as circunstâncias atuais de arranque de um novo ciclo de apoios a atribuir às empresas para implementação de projetos enquadráveis em diversas temáticas, urge garantir que os avisos a publicar no âmbito do Programa ALGARVE 2030 respondem da melhor forma possível às necessidades da região algarvia e das suas empresas. Especificamente no que diz respeito às áreas de investimento nos domínios da economia circular, eficiência energética e energias renováveis, com o presente projeto foi possível apontar um vasto leque de ideias que pretendem servir de inspiração para estes avisos.

Com base nos contributos recolhidos no processo de auscultação realizado é importante garantir a adequação da publicação dos avisos até 2030, inclusivamente, com a publicação de um calendário global, que permita às empresas terem desde já conhecimento dos avisos que serão lançados. Assim, perspetiva-se que as empresas possam antecipar a preparação de candidaturas, apresentando projetos mais robustos e relevantes para a região. Este calendário será especialmente importante para as micro e pequenas empresas, a principal fatia do tecido empresarial algarvio, evitando que os seus recursos limitados (tanto humanos, como financeiros) sejam fatores que desde logo os afastem de se candidatarem a estes apoios.

Neste campo torna-se também relevante apontar a possibilidade de serem criados canais de comunicação que alertem regularmente os potenciais promotores para os avisos que estão abertos e serão lançados. Adicionalmente, pode ser disponibilizado um gabinete de apoio para esclarecimento de dúvidas na preparação de candidaturas.

Estas estratégias procurarão dotar as empresas com mais oportunidades de garantirem o sucesso das suas candidaturas e o conseqüente acesso a apoios dos fundos disponíveis. Como fim último do que se pretende atingir com os futuros avisos a publicar, as empresas estarão a contribuir de forma assertiva e decisiva para promover a circularidade e apoiar a descarbonização da região do Algarve.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Anexo que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho

CCDR Algarve (2019) Agenda Regional para a Economia Circular da região do Algarve: <https://www.ccdr-alg.pt/site/info/economia-circular>

CCDR Algarve (2020) Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional

CCDR Algarve (2022) Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve

CCDR Algarve (2022) Programa Regional do Algarve 2021-2027

CCDR Algarve; Universidade do Algarve (2015) EREI Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (versão revista em julho 2015)

Conselho da União Europeia (2022) Agenda Europeia para o Turismo 2030 – Conclusões do Conselho (Adotadas em 01/12/2022)

Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu Mais, ao Fundo de Coesão, ao Fundo para uma Transição Justa e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura e regras financeiras aplicáveis a esses fundos e ao Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração, ao Fundo para a Segurança Interna e ao Instrumento de Apoio Financeiro à Gestão das Fronteiras e à Política de Vistos

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro de 2020, que aprova a Estratégia Portugal 2030

Portugal 2020 (2021) Regiões elegíveis para financiamento no período de 2021-2027: https://portugal2020.pt/regioes-elegiveis-para-financiamento-no-periodo-de-2021-2027/?doing_wp_cron=1690827584.2501039505004882812500

7 APÊNDICES

7.1 DESCRIÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A tabela seguinte apresenta um breve sumário acerca dos principais instrumentos enunciados no enquadramento estratégico do presente trabalho.

Tabela 9 - Descrição dos Instrumentos de Enquadramento Estratégico

Designação do Instrumento	Descrição
Instrumentos transversais	
Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹²	<p>A Agenda 2030 define as prioridades relativas ao desenvolvimento sustentável a nível global até 2030, procurando garantir a mobilização de todos os Estados-Membros das Nações Unidas para alcançarem os objetivos e metas definidas.</p> <p>Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), encontram-se alguns para os quais os futuros avisos poderão contribuir, nomeadamente: Indústria, Inovação e Infraestruturas (ODS 9); Energias renováveis e acessíveis (ODS 7); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11); Produção e Consumo Sustentáveis (ODS 12) e; Ação Climática (ODS 13).</p>
Transition Pathway for Tourism¹³	<p>Plano criado em conjunto com os intervenientes do ecossistema turístico que detalha as principais ações, metas e condições para alcançar as transições ecológica e digital e a resiliência a longo prazo do setor do turismo. São apresentadas 27 áreas sobre as quais as empresas do setor devem implementar medidas, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Investir na circularidade para reduzir o consumo de energia e água, bem como reduzir os resíduos e a poluição gerada e, ao mesmo tempo, responder melhor à crescente procura de turismo sustentável; • Melhorar as práticas de partilha de dados para permitir novos serviços turísticos inovadores e melhorar a gestão sustentável dos destinos; • Investir em competências para garantir a disponibilidade de mão de obra qualificada e carreiras atraentes no ecossistema.
Agenda Europeia para o Turismo 2030¹⁴	<p>A Agenda Europeia para o Turismo 2030 constitui um plano de trabalho plurianual da União Europeia com o intuito de promover o desenvolvimento ecológico, sustentável, resiliente e digitalizado do setor do turismo. Nesta Agenda estão definidos vários contributos específicos para a transição ecológica do ecossistema</p>

¹² Centro Regional de Informação para a Europa Central (2023). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Consultado a 24 nov. 2023 em: <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

¹³ Comissão Europeia (2022). Transition Pathway for Tourism. Luxemburgo: Serviço de Publicações da União Europeia, 2022.

¹⁴ Conselho da União Europeia (2022). Agenda Europeia para o Turismo 2030 – Conclusões do Conselho (Adotadas em 01/12/2022)

Designação do Instrumento	Descrição
	do turismo, em particular no que respeita à economia circular e eficiência energética aliada à transição digital.
Algarve 2030 - Estratégia de Desenvolvimento Regional ¹⁵	O Algarve 2030 constitui o documento estratégico de referência para a promoção do desenvolvimento da Região no horizonte até 2030. Desta forma, este documento sistematiza linhas de intervenção consideradas prioritárias, destacando temas estratégicos para a Região, que pretendem ser alvo de intervenção através de uma bordagem concertada, integrada e intersectorial. Os principais objetivos da Estratégia são a promoção de um Algarve: mais inteligente; mais verde e hipocarbónico; mais conectado; mais social; e mais próximo das pessoas.
Estratégia Turismo 2027 ¹⁶	Referencial estratégico para o Turismo em Portugal, que entre outros objetivos, pretende gerar uma contínua articulação entre os vários agentes do Turismo e agir com sentido estratégico no presente e no curto/médio prazo. Define objetivos e metas até 2027 para áreas temáticas dentro dos três eixos de sustentabilidade, que no pilar ambiental integra a energia, água e resíduos.
Plano Reativar o Turismo Construir o Futuro ¹⁷	Plano definido com o objetivo de incentivar a retoma do setor do turismo nacional após a pandemia de Covid-19, cujas ações se encontram alinhadas com os objetivos do Plano de Recuperação e Resiliência e da Estratégia Portugal 2030. Este Plano apresenta 4 eixos de atuação: apoiar empresas, fomentar segurança, gerar negócio e construir futuro. Cada eixo é composto por ações específicas para curto, médio e longo prazo.
Inovação	
Estratégia Nacional de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (ENEI 2030) ¹⁸	Este documento constitui uma visão estratégica para a promoção da transição de paradigma económico em linha com os grandes desafios europeus, definindo prioridades e ações transformativas específicas para os vários domínios sociais: transição digital; transição verde; materiais, sistemas e tecnologias de produção; sociedade, criatividade e património; saúde, biotecnologia e alimentação; e grandes ativos naturais.

¹⁵ CDR Algarve (2020). Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional.

¹⁶ Turismo de Portugal I.P. (2017). Estratégia Turismo 2027.

¹⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho de 2021, que aprova o Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro.

¹⁸ ANI (2022). Estratégia Nacional para uma Especialização Inteligente 2030.

Designação do Instrumento	Descrição
Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (EREI Algarve)¹⁹	<p>A EREI Algarve é um documento estratégico centrado na promoção da Especialização Inteligente da Região, identificando os setores de afirmação regionais, ao mesmo tempo, apresentando uma caracterização do seu posicionamento no mercado, reforçando a captura de valor centrada nos recursos endógenos e na dimensão internacional das produções regionais.</p>
Descarbonização: eficiência energética e transição energética	
Pacto Ecológico Europeu²⁰	<p>O Pacto Ecológico Europeu (<i>Green Deal</i>) é um pacote de medidas que pretende promover a transição sustentável da União Europeia, através do foco na promoção da neutralidade carbónica, em todos os setores de atividade económica.</p>
Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050)²¹	<p>O RNC 2050 estabelece a visão e as trajetórias para o alcance da neutralidade carbónica em Portugal, até 2050, e que, por sua vez, dá origem aos diversos planos e instrumentos de política setorial nas áreas da energia, mobilidade e transportes, indústria, edifícios, resíduos, agricultura e florestas.</p>
Plano Nacional Energia e Clima 2030²²	<p>O PNEC 2030 constitui um dos principais instrumentos de política energética e climática, estabelecendo metas nacionais em termos de redução de emissões de GEE, incorporação de energias renováveis, eficiência energética e respetivas interligações.</p>
Economia Circular	
Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC UE)²³	<p>O novo Plano de Ação para a Economia Circular europeu, publicado em 2020, estabelece uma estratégia orientada para o futuro, no intuito de criar uma Europa mais limpa e mais competitiva em associação com os agentes económicos, os consumidores, os cidadãos e as organizações da sociedade civil. As orientações apresentadas visam acelerar a mudança transformadora requerida pelo Pacto Ecológico Europeu, tendo por base as ações desenvolvidas no domínio da economia circular desde 2015.</p>

¹⁹ CCDR Algarve e Universidade do Algarve (2015). EREI Algarve – Estratégia Regional de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente (versão revista em julho 2015).

²⁰ Comissão Europeia (2023). O Pacto Ecológico Europeu. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt.

²¹ Presidência do Conselho de Ministros (2019) Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 – Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.

²² Presidência do Conselho de Ministros (2020) Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020 – Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

²³ Comissão Europeia (2020). Plano de Ação para a Economia Circular. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2020. Disponível em: <https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/45cc30f6-cd57-11ea-adf7-01aa75ed71a1>.

Designação do Instrumento	Descrição
	<p>Entre as cadeias de valor dos produtos identificadas como prioritárias, destaca-se para o setor do turismo: construção e edifícios; alimentos, água e nutrientes; embalagens; plástico e; têxteis.</p>
<p>Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030)²⁴</p>	<p>O PNGR 2030 constitui-se como um instrumento de planeamento macro da política de resíduos. O Plano define as orientações estratégicas de âmbito nacional, e as regras orientadoras que asseguram a sua coerência com os demais Planos, designadamente: o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) e o Plano Estratégico para os Resíduos não Urbanos (PERNU 2030).</p>
<p>Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)²⁵</p>	<p>O PERSU 2030 constitui a quarta geração deste instrumento e pretende assegurar a aplicação da política nacional e europeia, orientando os agentes envolvidos para a implementação de ações em matéria de gestão de resíduos urbanos.</p> <p>A prevenção dos resíduos e a promoção da reutilização e reciclagem constituem os eixos que orientam este plano, atendendo às metas exigentes que devem ser alcançadas até 2030, onde os biorresíduos, a recolha seletiva multimaterial e a fração resto merecem grande destaque.</p>
<p>Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU 2030)²⁶</p>	<p>Instrumento de referência da política de resíduos não urbanos em Portugal, estabelecendo a visão, os objetivos, as metas globais e específicas, assim como as medidas a implementar no quadro de resíduos não urbanos até 2030, e a estratégia que suporta a sua execução.</p>
<p>Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC 2017-2020)²⁷</p>	<p>O PAEC publicado em 2017, estabeleceu objetivos estratégicos macro (âmbito estrutural), meso (destinadas a determinados setores, onde se inclui o do Turismo, biomateriais, construção, entre outros) e micro (âmbito regional/local) e as respetivas metas a que o país se encontra vinculado (e.g. Diretivas setoriais, Acordo de Paris, Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).</p>
<p>Agenda Regional para a Economia Circular da região do Algarve (AREC Algarve)²⁸</p>	<p>A AREC Algarve define um cenário de desenvolvimento socioeconómico para a Região, tendo por base os princípios de economia circular adaptados ao contexto regional de potencial de circularidade, tendo por base a caracterização dos fluxos físicos no quadro económico e social. Desta forma, são definidas estratégias integradas regionais de economia circular, estimulando a ligação entre <i>stakeholders</i> e a ação colaborativa.</p>

²⁴ Resolução do Conselho de Ministros n.º 11-C/2015. D.R. I Série, 2º Suplemento. 52 (16/03/2015) 8-48. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/11-c-2015-66762671>.

²⁵ Portaria n.º 187/2007. D.R. I Série. 30 (12/02/2007) 1045-1118. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/31-2023-210923319>.

²⁶ Resolução do Conselho de Ministros n.º 127/2023 - Diário da República n.º 202/2023, Série I de 2023-10-18. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/127-2023-222939628>.

²⁷ Resolução de Conselho de Ministros n.º 190-A/2017. D.R. I Série, 2º Suplemento. 236 (11/12/2017) 54-73. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/190-a-2017-114337039>.

²⁸ CCDR Algarve (2019). Agenda Regional para a Economia Circular da região do Algarve.

7.2 ENTIDADES MOBILIZADAS PARA PARTICIPAR NA ENTREVISTA E WORKSHOPS

Para os processos de auscultação a realizar no âmbito da metodologia proposta (workshops e entrevistas), foram selecionados um conjunto de entidades, cujo potencial de participação nestas metodologias é relevante, considerando o seu papel relevante e agregador no seio dos setores prioritários identificados: Turismo; Mar, Agroalimentar/Agroindustrial; Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e Atividades Criativas; Energias Renováveis; Atividades de Saúde e Ciências da Vida.

A tabela seguinte apresenta as entidades que foram auscultadas para cada metodologia de auscultação.

a) Entrevista

Tabela 10 - Entidades contactadas para auscultação por meio de entrevista²⁹

Tipo de entidade	Designação da entidade
Associação Empresarial	AIHSA - Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve
Empresas	Algardata Sistemas Informáticos
	Âmago – Energia Inteligente
	Apolónia Supermercados
	Cabrita Wines
	FF Solar – Energias Renováveis
	FRIMARC – Indústria e Comércio
	Necton
	NF Cork
	Quinta da Tôr
	Sociedade da Água de Monchique
	Sun Concept
	VITACRESS Portugal
	Viveiros Monterosa

b) Workshop

Tabela 11 - Entidades auscultadas por meio dos workshops

Tipo de entidade	Designação da entidade
Entidades públicas	CCDR-Algarve / Autoridade de Gestão do Programa ALGARVE 2030
	Turismo do Algarve - Região de Turismo do Algarve
	IAPMEI
	AREAL - Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve
Associação Empresarial	AIHSA - Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve

²⁹ A azul estão indicadas as entidades que foram contactadas e auscultadas; e a preto aquelas que apesar de terem sido contactadas não demonstraram disponibilidade para integrar o painel de auscultação.

	NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve
Associações de Desenvolvimento Local	VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste
	Associação IN LOCO
	CACIAL – Cooperativa Agrícola de Citricultores do Algarve
Entidades de Ensino Superior, Investigação e/ou Transferência de Tecnologia	GreenColab
	S2AQUA - laboratório colaborativo
	Algarve STP - Systems and Technology Partnerships
	UALG - Universidade do Algarve
	KIPT CoLab
Empresas	Ambigroup (Faro)
	Atlantik Fish
	CIMPOR (Loulé)
	Good Moments – Indústria Criativa de Cultura e Alimentação Tradicional
	Inonso SalMarim
	NEOMARCA - Inovação e Desenvolvimento
	ProactiveTur – Turismo Responsável
	Recycling Aktiv – Prestação de Serviços e Reciclagem de Resíduos
	TECH SALT
	Veolia - Gestão de Resíduos
	VITACRESS Portugal
	Outras

7.3 REFERENCIAL DE AUSCULTAÇÃO PARA AS ENTREVISTAS

A tabela seguinte apresenta o referencial de auscultação proposto para as entrevistas a realizar no âmbito do presente trabalho, procurando auscultar a opinião dos entrevistados nos domínios da economia circular, descarbonização, sustentabilidade, apoios comunitários, o PO Algarve 2020, e ainda o Programa ALGARVE 2030.

Tabela 12 - Referencial de auscultação para as entrevistas

Tópico	Questões
	<p>1) Quais as principais boas práticas que já executam nas suas atividades de negócio?</p> <p><u>Exemplos³⁰:</u></p> <p><u>Indústrias Transformadoras</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Reutilização e utilização de matérias-primas secundárias/subprodutos; - Conceção de produtos transformados com elevada durabilidade, reciclabilidade, facilidade de desmontagem e adaptabilidade – design circular; - Gestão de resíduos com prioridade para os níveis superiores de hierarquia dos resíduos – combate ao desperdício alimentar;
Economia Circular	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de informações sobre substâncias que suscitam preocupação ao longo do ciclo de vida dos produtos transformados e a rastreabilidade dessas substâncias. <p><u>Setor do Turismo</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Utilização de materiais locais; - Reutilização e utilização de matérias-primas secundárias/subprodutos; - Gestão de resíduos com prioridade para os níveis superiores de hierarquia dos resíduos – compostagem, combate ao desperdício alimentar; - Reutilização de águas residuais e pluviais; - Certificações de sustentabilidade ambiental: economia circular. <p><u>Setor da Água</u></p>

³⁰ Anexo que completa o Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho

Tópico	Questões
	<p>- Reutilização de águas residuais tratadas.</p> <p><u>Setor da Construção</u></p> <p>- Limitação da produção de resíduos em processos relacionados com a construção e demolição, de acordo com as melhores práticas disponíveis.</p> <p><u>Informação e Comunicação</u></p> <p>- São aplicadas medidas para gerir e reciclar resíduos no final de vida, incluindo por meio de acordos contratuais de desmantelamento com prestadores de serviços de reciclagem, a incorporação nas projeções financeiras ou na documentação oficial dos projetos;</p> <p>- São realizadas operações de preparação para reutilização, valorização ou reciclagem, ou um tratamento adequado, incluindo a remoção de todos os fluidos e um tratamento seletivo.</p> <p><u>Outros Exemplos:</u></p> <p>- Fomento de simbioses industriais entre outras atividades económicas;</p> <p>- Reutilização de materiais através da compra de materiais em segunda mão;</p> <p>- Privilegiam a aquisição de serviços, ao invés da aquisição material.</p> <hr/> <p>2) Percecionam o tópico da economia circular como uma oportunidade de negócio, com imputação de valor acrescentado? É uma prioridade de investimento identificada para a empresa? Se sim, como visionam a concretização de valor económico através da economia circular?</p>
<p>Descarbonização</p>	<p>1) A descarbonização é uma prioridade estratégica da empresa? Se sim, quais as práticas que têm realizado nesse domínio?</p> <p>Exemplos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Introdução de fontes de produção e armazenamento de energia renovável; - Transição elétrica da frota utilizada (automóvel, marítima, outras); - Implementação de medidas de promoção de eficiência energética; - Outras medidas com impacte na diminuição da pegada de carbono da empresa e das suas atividades; - Compensação da pegada de carbono.

Tópico	Questões
Sustentabilidade	<p>1) Quais as certificações que possuem no domínio do ambiente/sustentabilidade? Alguma em particular no domínio da economia circular ou descarbonização?</p> <hr/> <p>2) No domínio das práticas ambientais, alguma que se caracterize como solução baseada na natureza (SbN)?</p> <hr/> <p>3) Possuem indicadores para a monitorização do impacte das práticas ambientais exercidas? Se sim, quais? E como é realizada essa monitorização?</p> <hr/> <p>4) Qual o nível de capacitação dos recursos humanos internos para trabalhar as temáticas de ambiente, promoção da sustentabilidade, economia circular e energia?</p>
Apoios comunitários	<p>1) Tiveram alguma experiência passada com Programas de apoio ao financiamento de origem comunitária? Se sim, quais?</p> <hr/> <p>2) Como é percebido o valor destes apoios comunitários para desenvolvimento do setor e respetivas empresas no âmbito da sustentabilidade, economia circular e descarbonização?</p> <hr/> <p>3) De forma geral, consideram que os recursos humanos das empresas possuem um nível de capacitação adequado para o concurso a este tipo de apoios financeiros ao investimento?</p>
PO Algarve 2020	<p>1) Tiveram conhecimento do Programa e respetivos avisos?</p> <hr/> <p>2) Consideram que as áreas técnicas e geográficas apoiadas foram as mais indicadas, estando alinhadas com as verdadeiras necessidades dos beneficiários?</p> <hr/> <p>3) Se foram beneficiários ou candidatos ao PO, quais as principais dificuldades que experienciaram no processo de candidatura?</p>

Tópico	Questões
Programa ALGARVE 2030	<ol style="list-style-type: none">1) No âmbito do desenho do novo programa de apoio comunitário para a região do Algarve, quais consideram ser as áreas técnicas e geográficas que deveriam ser apoiadas, para o domínio da economia circular e descarbonização?2) Como é percebido o incentivo à dinamização de sinergias entre outros instrumentos e beneficiários e/ou parceiros estratégicos?

7.4 BENCHMARK DE AVISOS SETORIAIS IDENTIFICADOS

Tabela 13 - Benchmark sobre os parâmetros a considerar na elaboração de avisos

Aviso / Região	Descrição	Beneficiários	Despesas elegíveis	Montante disponível	Tipologia de apoio e taxas de financiamento	Duração de prazos de candidatura	Prazo de execução do projeto
<p>Linha de Microcrédito Turismo para o Interior (Despacho Normativo n.º 8/2023, de 17 de maio)</p> <p>Territórios de Baixa Densidade (Anexo III da RCM n.º 72/2016, de 24 de novembro)</p>	<p>Linha de apoio é orientado para a dinamização e captação de investimentos para o interior do País, estimulando a sua capacidade empreendedora e empresarial.</p>	<p>Micro e pequenas empresas de turismo (identificadas no anexo II do Despacho Normativo n.º 8/2023, de 17 de maio), bem como micro e pequenas empresas de lojas com história e estabelecimentos que promovam a venda de produtos locais e regionais.</p>	<p>a) Estudos e projetos, até ao limite de 10 % do valor total das despesas elegíveis; b) Obras de construção e de adaptação; c) Aquisição de bens e de equipamentos; d) Intervenções para incremento da acessibilidade física e comunicacional para todos; e) Ações de marketing que visem a comercialização da oferta; f) Obtenção de certificações na área da sustentabilidade e no reconhecimento de produtos locais/regionais; g) Serviços de consultoria especializada para a definição da estratégia de sustentabilidade a implementar; h) Implementação de infraestruturas e de tecnologia, incluindo a aquisição de hardware e software; i) Ações de formação e de capacitação para desenvolvimento e implementação do projeto; j) Intervenção contabilistas certificados externos, no contexto do desenvolvimento do projeto.</p>	15 ME	<p>Apoio financeiro sob a forma de empréstimo, sem juros remuneratórios associados, máximo 90% do investimento elegível até 30 k€. Pode ser concedido um prémio de desempenho aos beneficiários (não reembolso de 30% do empréstimo concedido, desde que atingidas as metas previstas no plano de negócios para o ano cruzeiro do investimento para os indicadores definidos (Vol. de Negócios; Valor Acrescentado Bruto; Postos de Trabalho).</p>	<p>O procedimento de apresentação de candidaturas à presente linha de apoio ocorre em contínuo, até se esgotar o orçamento definido.</p>	<p>Projetos têm de iniciar num prazo máximo de 6 meses após a data da aprovação do financiamento e não ter uma duração superior a 18 meses.</p>
<p>Projetos de eficiência energética e economia circular de empresas de turismo no âmbito do Plano de Recuperação, Transformação e Resiliência. Andaluzia, Espanha</p>	<p>Financiamento de projetos de investimento para melhorar a eficiência energética dos alojamentos turísticos na Andaluzia, que permitam atingir uma redução de 30% no consumo de energia primária não renovável relativamente à situação inicial, podendo contemplar uma ou mais das seguintes ações: i) Melhoria da eficiência energética do envelope térmico. ii) Melhoria da eficiência</p>	<p>Terão a qualidade de pessoas beneficiárias: a) As pessoas singulares ou colectivas de natureza privada proprietárias de edifícios existentes ou de parte deles, destinados total ou parcialmente ao alojamento turístico. b) As empresas exploradoras, arrendadoras ou concessionárias de edifícios ou partes deles destinados total ou parcialmente a alojamento turístico, que credenciem esta condição</p>	<p>i) Taxas para a elaboração do certificado de eficiência energética ii) Custos de gestão de candidatura iii) Custos de elaboração de projetos técnicos iv) Custos opcionais de gestão v) Custos de execução de obras e/ou instalações vi) Custos de investimento em equipamentos e materiais vii) Custos dos relatórios que credenciam as ações viii) Remoção de produtos de construção que contenham amianto ix) Custos para implementar medidas corretivas para atingir os critérios do "Guia para o desenvolvimento de ações de acordo com o princípio de não causar danos</p>	26,2 ME	<p>45% das despesas elegíveis até um máximo de 200 mil euros, podendo subir para 55% e 65% para médias e pequenas empresas, respetivamente.</p>	<p>9 meses (prazo inicial de 6 meses + 3 meses de prorrogação)</p>	<p>12 meses após notificação de adjudicação</p>

	<p>energética e utilização de energias renováveis nas instalações térmicas de aquecimento, climatização, refrigeração, ventilação e água quente sanitária; incluindo a instalação de redes quentes e frias alimentadas por fontes de energia renováveis e/ou calor residual para complexos turísticos multiedifícios.</p> <p>iii) Melhoria da eficiência energética das instalações de iluminação.</p>	<p>mediante contrato válido que os autorize expressamente a praticar aquelas acções para as quais o subsídio é solicitado</p> <p>c) Podem também aceder à qualidade de pessoas beneficiárias as comunidades de bens ou qualquer outro tipo de unidade económica ou património autónomo que, mesmo sem personalidade jurídica, possam praticar os actos que motivam a concessão da subvenção.</p> <p>As acções terão necessariamente de ser realizadas em edifícios ou conjuntos habitacionais destinados total ou parcialmente ao seguinte alojamento turístico, inscritos no Registo Turístico da Andaluzia e construídos antes de 2007:</p> <p>a) Estabelecimentos hoteleiros b) Estabelecimentos de apartamentos turísticos c) Parques de campismo d) Áreas de pernoite para autocaravanas e) Casas rurais f) Complexos turísticos rurais g) Casas de turismo de habitação rural h) Habitação para fins turísticos</p>	<p>significativos no ambiente"</p> <p>x) Custos das acções preparatórias para apresentação do pedido</p>				
--	--	---	--	--	--	--	--

<p>Linha + Interior Turismo (Despacho Normativo n.º 7/2023, de 17 de maio)</p> <p>Territórios de Baixa Densidade (Anexo III da RCM n.º 72/2016, de 24 de novembro)</p>	<p>Linha de apoio pretende promover e apoiar financeiramente projetos que contribuam para o desenvolvimento turístico sustentável dos territórios do interior, potenciando novas estratégias de valorização dos respetivos recursos, ativos e agentes, gerando maiores níveis de atratividade turística e promovendo a sua dinamização social e económica.</p> <p>Os projetos enquadráveis incluem:</p> <p>1) Projetos que reforcem a atratividade turística dos territórios e lhes acrescentem valor através da regeneração dos respetivos recursos, da qualificação dos seus ativos e agentes, da promoção de uma mobilidade inteligente e sustentável, do fomento do conhecimento sobre os territórios e respetivos fluxos, assim como do desenvolvimento de produtos ou segmentos inovadores;</p> <p>2) Projetos que fomentem o desenvolvimento de produtos turísticos de valor acrescentado, tais como o turismo cultural e patrimonial, o turismo industrial, o turismo ferroviário, o turismo desportivo, o turismo náutico, o enoturismo, o turismo militar, o turismo literário, o turismo científico, o turismo religioso, o turismo de saúde, o turismo gastronómico e o turismo de natureza;</p> <p>3) Devem ser observadas as</p>	<p>Entidades públicas, incluindo aquelas em cuja gestão as entidades da administração central do Estado, regional e local tenham posição dominante, assim como entidades associativas ou fundações.</p>	<p>i) Estudos, projetos e assistência técnica, bem como fiscalização externa da execução dos investimentos, até ao limite de 10 % do valor total das despesas elegíveis;</p> <p>ii) Obras de construção e de adaptação;</p> <p>iii) Aquisição de bens e de equipamentos;</p> <p>iv) Aquisição de sistemas de informação, software e equipamentos informáticos para obtenção de dados analíticos;</p> <p>v) Implementação de plataformas para aumentar a interação e conexão colaborativa;</p> <p>vi) Intervenções para incremento da acessibilidade física e comunicacional para todos;</p> <p>vii) Ações de marketing que visem a comercialização da oferta;</p> <p>viii) Obtenção de certificações na área da sustentabilidade;</p> <p>ix) Serviços de consultoria especializada para a definição da estratégia de sustentabilidade a implementar;</p> <p>x) Implementação de infraestruturas e de tecnologia, incluindo a aquisição de hardware e software;</p> <p>xi) Aquisição ou desenvolvimento de sistemas e plataformas tecnológicas que permitam o fornecimento de dados em formato aberto, bem como o seu uso automatizado;</p> <p>xii) Prestação de serviços profissionais por parte de terceiros, incluindo assistência técnica, científica e consultoria, pelo período estritamente necessário ao desenvolvimento do projeto;</p> <p>xiii) Ações de formação e de capacitação para desenvolvimento e implementação do projeto;</p> <p>xiv) Intervenção de revisores ou contabilistas certificados externos, no contexto do desenvolvimento do projeto.</p>	<p>20 M€, sendo atribuídos 2,5 M€ por fase trimestral de candidaturas entre 2023 e o primeiro trimestre de 2025</p>	<p>Apoio financeiro não reembolsável e corresponde a uma taxa de 70%, até um apoio máximo de 0,4 M€ por projeto ou, no caso de uma candidatura conjunta, por entidade.</p>	<p>3 meses</p>	<p>Projetos têm de iniciar num prazo máximo de 6 meses após a data da aprovação da candidatura e não ter uma duração superior a 24 meses.</p>
--	--	---	--	---	--	----------------	---

	<p>seguintes condições específicas de enquadramento: a) no desenvolvimento de ciclovias ou ecovias, no contexto do turismo de natureza, apenas são enquadráveis as rotas supramunicipais integradas nas vias principais de rotas internacionais; b) na valorização de caminhos da fé, apenas são enquadráveis os Caminhos de Santiago que se encontrem certificados ou em vias de o ser e, no caso dos Caminhos de Fátima, os que sejam reconhecidos como tal pelo Centro Nacional de Cultura.</p>						
<p>Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação das explorações agrícolas</p> <p>Açores, Portugal</p>	<p>Podem ser concedidos apoios para a realização de investimentos em todos os setores de atividade relacionados com a produção agrícola primária, com exceção do setor do tabaco, que visem um ou mais dos objetivos estratégicos:</p> <p>a) Valorização e diversificação da produção agrícola, com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade;</p> <p>b) Transição verde do setor agrícola, através da prossecução de um ou mais dos seis objetivos ambientais previstos no Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável (Regulamento Taxonomia), a seguir identificados:</p>	<p>Podem beneficiar do apoio previsto no DRR 3/2023/A, na sua atual redação, as pessoas, singulares ou coletivas, que se dediquem à produção agrícola primária, devendo o beneficiário ser uma PME ou titular de uma exploração agrícola.</p>	<p>O aviso visa apoiar as despesas elegíveis previstas na alínea e) do n.º 2 do artigo 10.º do DRR 3/2023/A, na sua atual redação, mais precisamente, os custos com consultoria para o desenvolvimento de estudos específicos relacionados com o planeamento de trajetórias de curto e médio prazo para a atividade do beneficiário, incluindo os produtos e serviços resultantes dessa atividade, com vista à inovação sustentável de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e, ou, à transição digital.</p>	<p>0,5 M€</p>	<p>Os apoios são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável e beneficiam de uma taxa de apoio de 100%, até 20 mil euros.</p>	<p>52 dias (prazo inicial era de 37 dias + 15 dias de prorrogação)</p>	<p>A execução das operações deve iniciar-se no prazo máximo de 6 meses após a submissão do termo de aceitação e estar concluída no prazo máximo de 18 meses.</p>

	<p>i. A mitigação das alterações climáticas;</p> <p>ii. A adaptação às alterações climáticas;</p> <p>iii. A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos;</p> <p>iv. A transição para uma economia circular;</p> <p>v. A prevenção e o controlo da poluição;</p> <p>vi. A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;</p> <p>c) Transição digital do setor agrícola, incidindo, nomeadamente, sobre a digitalização da gestão técnico-económica das explorações e o comércio eletrónico.</p>						
<p>Apoio à inovação de produtos e processos de produção e organização, à transição verde e à transição digital, destinados à reestruturação de empresas regionais do setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas</p> <p>Açores, Portugal</p>	<p>Podem ser apoiados projetos de investimento que visem um ou mais dos seguintes objetivos estratégicos:</p> <p>a) Valorização e diversificação da produção do Setor Agroalimentar Regional, com elevados padrões de qualidade e sustentabilidade;</p> <p>b) Transição verde do Setor Agroalimentar Regional, através da prossecução de um ou mais dos seis objetivos ambientais previstos no Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável (Regulamento Taxonomia), a seguir identificados:</p> <p>i. A mitigação das alterações</p>	<p>Podem ser concedidos apoios para a realização de investimentos nos setores de atividade económica relacionados com a transformação e, ou, comercialização de produtos agrícolas identificados no Anexo 1 deste aviso, por exemplo empresas de fabricação de produtos à base de carne, Indústrias do leite e derivados, Produção de vinhos comuns e licorosos, entre outras.</p>	<p>i) Construção, aquisição, incluindo a locação financeira, ou melhoria de bens imóveis, sendo que os terrenos só são elegíveis até um limite não superior a 10% das despesas totais elegíveis da operação em causa;</p> <p>ii) Compra ou locação-compra de máquinas e equipamentos até ao valor de mercado do bem;</p> <p>iii) Custos gerais relacionados com as despesas indicadas nas alíneas a) e b), tais como honorários de arquitetos, engenheiros e consultores, despesas de aconselhamento em matéria de sustentabilidade ambiental e económica, incluindo as despesas relacionadas com estudos de viabilidade; os estudos de viabilidade podem constituir despesas elegíveis mesmo que, com base nos seus resultados, não seja efetuada qualquer despesa ao abrigo das alíneas a) e b).</p> <p>iv) Aquisição ou desenvolvimento de programas informáticos e aquisição de patentes, licenças, direitos de autor e marcas comerciais.</p>	8,5 M€	<p>Os apoios são atribuídos sob a forma de subvenção não reembolsável e podem beneficiar de taxas de apoio de 80% para as PME e 50% para as empresas Não PME, sendo o limite do apoio público máximo até 1 M€ e 0,7 M€, respetivamente para as PME e Não PME.</p> <p>O custo total elegível dos investimentos propostos deve ser igual ou superior a 50 mil €.</p>	4 meses (prazo inicial era de 3 meses + 1 mês de prorrogação)	-

	<p>climáticas; ii. A adaptação às alterações climáticas; iii. A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; iv. A transição para uma economia circular; v. A prevenção e o controlo da poluição; vi. A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas; c) Transição digital do Setor Agroalimentar Regional, incidindo, nomeadamente, sobre a digitalização da gestão técnico-económica das empresas e o comércio eletrónico.</p>						
<p>Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização dos consumos (Aviso Nº ACORES-02-2020-02) Açores, Portugal</p>	<p>O Aviso visa apoiar projetos que contemplem a implementação de ações para aumentar a eficiência energética e a utilização de energias renováveis para autoconsumo nas empresas, contribuindo para o aumento da competitividade da economia através da redução da fatura energética. Entre outras operações, são consideradas: a) Intervenções nos processos produtivos das empresas que se encontrem previstas na auditoria energética ex ante e que demonstrem os respetivos ganhos financeiros líquidos (p.ex., otimização e instalação de tecnologias e sistemas energeticamente eficientes ao nível dos processos produtivos); b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nas empresas para autoconsumo</p>	<p>As entidades beneficiárias do presente Aviso são as empresas de qualquer dimensão, com CAE da atividade principal, pertencentes às Divisões 10 a 32 da CAE.</p>	<p>i) Nos casos em que estão previstas intervenções em sistemas tipificáveis, deverão ser tidos em conta os custos-padrão máximos, definidos pela DGEG, e publicitados no aviso de abertura de candidaturas; ii) A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 20 % do montante de investimento total da candidatura, não considerando o montante de investimento em produção de energia em fontes de energia renováveis; iii) Todas as auditorias só podem ser cofinanciadas desde que se concretizem as respetivas operações de eficiência energética, não sendo apoiadas as auditorias obrigatórias por lei; iv) Só serão apoiados projetos com produção de energia a partir de fontes de energias renováveis para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem maioritariamente a eficiência energética; v) As despesas com auditorias energéticas estão limitadas a 5% do valor do investimento elegível e apenas são elegíveis caso o investimento seja concretizado.</p>	<p>1,5 M€</p>	<p>A taxa máxima de financiamento sobre o investimento elegível é de 85%. Os apoios a conceder aos investimentos, com exceção das auditorias energéticas em que o apoio é não reembolsável, assumem a forma de subsídio reembolsável, podendo 30% deste apoio ser convertido em apoio não reembolsável.</p>	<p>Praticamente 8 meses (05/02/2020 a 30/09/2020)</p>	<p>A entidade beneficiária tem de iniciar a execução da operação no prazo máximo de 120 dias após a assinatura do termo de aceitação e cumprir o calendário de execução física e financeira, aprovado para a operação.</p>

	c) Auditorias energéticas ex ante e trabalhos necessários à realização do investimento, desde que não sejam obrigatórios por lei, bem como a auditoria energética ex post que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento						
--	---	--	--	--	--	--	--

7.5 BENCHMARK DE CASOS DE ESTUDO EMPRESARIAIS

Tabela 14 - Benchmark sobre estudos de caso na área do turismo e restauração

Empresa	Localização	Área temática / estratégia	Descrição
Turismo & Restauração			
Restaurante La Trattoria	Irlanda	Fecho do ciclo dos recursos	De forma a reduzir a temperatura da cozinha do restaurante, estava instalado um ventilador de extração a funcionar em contínuo. Ao mesmo tempo, era feito um investimento anual de 9.000€ num sistema de aquecimento a óleo para garantir uma temperatura agradável no espaço destinado aos clientes. Em 2013, a gerência decidiu instalar um sistema que extrai o ar quente da cozinha, utilizando o calor para aquecer água, que por sua vez é usada no aquecimento central do espaço. Quando necessário, este sistema é complementado com o funcionamento da caldeira a óleo. O sistema teve um custo total de 6.000 €, que foi abatido no primeiro ano de funcionamento, dado que a fatura anual para aquisição do óleo baixou para os 3.000 €.
Restaurant Nolla	Finlândia	Fecho do ciclo dos recursos	O Nolla (zero, em finlandês) é um restaurante criado com base nos princípios do desenvolvimento sustentável e economia circular, sendo o primeiro restaurante nórdico com desperdício zero. Para isso, o restaurante utiliza a aplicação <i>Waste Master</i> , criada por outra empresa finlandesa (Lassila & Tikanoja), para minimizar o desperdício de alimentos. Com recurso a um tablet, os cozinheiros e restantes funcionários vão incluindo informações referentes aos diversos resíduos produzidos, como a quantidade, a qualidade e o que levou à sua existência. Em restaurantes à la carte, como o Nolla, geralmente há menos desperdício de alimentos do que em comparação com cozinhas institucionais. No entanto, o Nolla ainda produzia cerca de 30 kg de resíduos alimentares por semana, principalmente durante a preparação das refeições (por exemplo, cascas de vegetais), ao invés de sobras de pratos dos clientes. Com o auxílio da <i>Waste Master</i> , que apresenta possíveis processos ineficientes e estratégias a adotar, o Nolla pretende diminuir o desperdício de alimentos em 30% a 50%, o que terá também impacto no lucro do restaurante.
Aeroporto Internacional de São Francisco	EUA	Fecho do ciclo dos recursos	Em 2016, o aeroporto de São Francisco proibiu a venda de garrafas de plástico de água, que chegavam a cerca de 10.000 unidades por dia. Alternativamente foram instalados postos de água que permitem o reabastecimento dos recipientes dos consumidores. Em 2021, a proibição de venda foi também estendida às embalagens de plástico de sumos e refrigerantes, que agora são apenas vendidos em embalagens de alumínio ou vidro.

Premier Inn	Abu Dhabi, Emirados Árabes Unidos	Gestão eficiente de água	O Hotel Premier Inn, em Abu Dhabi, instalou um sistema de reciclagem de água cinzenta, permitindo economizar 750 mil litros de água por mês, o que equivale a 25% do consumo mensal do hotel. O sistema recolhe a água dos banhos nos 300 quartos, filtra-a e disponibiliza-a para irrigação descargas sanitárias.
QO Amsterdam	Amesterdão, Países Baixos	Design circular	Este hotel foi desenhado e concebido de acordo com os princípios de circularidade, sendo que 33% do betão utilizado na construção proveio da demolição de um edifício localizado nas proximidades e as carpetes são feitas de redes de pesca recolhidas localmente. O hotel tem também um aquário onde são criados peixes que servem de base para as ementas servidas, cujos resíduos são utilizados na produção de fertilizante orgânico usado na produção de vegetais.
Winnow	Reino Unido	Fecho do ciclo dos recursos	Sistema inteligente que quantifica e analisa os resíduos produzidos nas cozinhas comerciais, identificando formas de reduzir o desperdício. O sistema está a ser já utilizado por várias empresas, incluindo do setor turístico e hoteleiro como a Accor Hotels e a Costa Cruises. No total, o sistema está já instalado em 67 países, tendo permitido poupar 36 milhões de refeições por ano, evitar a emissão de 61.000 tons de CO ₂ e e poupar 42 milhões de euros/ano.

Tabela 15 - Benchmark sobre estudos de caso na área do agroalimentar

Empresa	Localização	Área temática / estratégia	Descrição
Agroalimentar			
Nãm Mushroom	Portugal	Economia circular: simbioses industriais; bioeconomia e parcerias	A Nãm reaproveita borras de café que servem de substrato para a produção orgânica de Pleurotus (cogumelos). Em 2019, estabeleceram uma parceria com a multinacional portuguesa Delta Cafés, projeto que procura aliar a viabilidade económica à sustentabilidade ecológica. Os cogumelos da Urban Mushroom Farm da Nãm podem ser adquiridos em mercados de Lisboa ou diretamente na quinta urbana, em Marvila. A Nãm desenvolveu também kits “do it yourself”, que permitem produzir cogumelos em casa, tendo apenas de se garantir a sua humedificação.
Sponsh	Portugal e Holanda	Economia circular: bioeconomia e design circular	Investigadores da Universidade de Eindhoven desenvolveram um têxtil de algodão inteligente, hidrofílico e sensível à temperatura, que à noite, quando as temperaturas são baixas, tem capacidade de absorver a água do ar. As fibras podem inchar até 4 vezes o seu tamanho normal. Durante o dia, quando a temperatura sobe, o material fica hidrofóbico, o que leva a que a água seja repelida através da contração das fibras. O sistema funciona sem recurso a eletricidade, equipamentos mecânicos ou canalizações. Como o material é biodegradável, no fim de vida não é necessário proceder à sua remoção. Entre as aplicações do sistema Sponsh está a irrigação de culturas, a regeneração de áreas secas e a produção de água potável. Depois do desenvolvimento laboratorial, a empresa está a realizar testes em ambientes reais para melhorar o desempenho do sistema, esperando lançar o produto no mercado em breve.
CAVIRO Extra	Itália	Economia circular: simbioses industriais, fecho do ciclo dos recursos, energias renováveis	A Caviro é uma cooperativa agrícola do setor vinícola, líder em Itália, com uma produção anual de 183 milhões de litros de vinho. Associado a esta produção estão 385.000 toneladas de subprodutos que incluem bagaço de uva, borras de vinho e resíduos líquidos. Integrado no grupo Caviro, a Caviro Extra explora estes subprodutos, aos quais se juntam também resíduos de outras indústrias agroalimentares e resíduos verdes, para a obtenção de ingredientes e produtos de alto valor acrescentado. Do processamento do bagaço e borras do vinho são obtidos álcoois, destilados (como aguardente) e ácido tartárico natural, que são posteriormente utilizados por empresas do setor agroalimentar, farmacêuticas, química, entre outras. Das grainhas da uva é extraído o polifenol, cujas propriedades antioxidantes permite produzir um óleo natural com alto teor de gordura poli-insaturada. Dos bagaços de uvas tintas é extraída a encianina, um corante natural, muito procurado pela indústria agroalimentar. Os processos e tecnologias utilizadas pela Caviro Extra permitem também obter biometano, que é colocado na rede nacional de metano para abastecer veículos de transporte rodoviário. Os restantes resíduos e fluídos são utilizados para produzir corretivos orgânicos do solo que podem ser utilizados para fins agrícolas, fechando o ciclo dos nutrientes.

Jaw Brew	Escócia	Economia circular: simbioses industriais	<p>Com o objetivo de criar uma cerveja que representasse a Economia Circular, em 2016, a Jaw Brew estabeleceu uma parceria com a Aulds the Bakers, uma empresa de panificação escocesa, que entrega à Jaw Brew os pães que não são vendidos diariamente.</p> <p>Utilizando estes pães como base, a Jaw Brew desenvolveu vários testes, que incluíram diversas proporções de malte, lúpulo e tempos de fermentação distintos.</p> <p>No final obtiveram a <i>Hardtack</i>, uma cerveja que inclusivamente já foi reconhecida em concursos do setor. Para além de dar valor a produtos que não iriam ser consumidos, a Jaw Brew indica que esta cerveja apresenta custos de produção mais baixos do que as restantes cervejas que produz, dado que parte da matéria-prima (os pães) não apresentam custo de aquisição.</p>
Eosta	Holanda	Economia circular: inovação	<p>A Eosta é uma distribuidora internacional de frutas e vegetais frescos de origem orgânica e de produtores eticamente responsáveis. A Eosta desenvolveu uma tecnologia de marcação dos produtos através de laser de alta definição que remove parte do pigmento da camada exterior da pele da fruta ou do vegetal, evitando assim usar película de plástico. Este método não afeta o sabor, a qualidade ou o tempo de vida útil dos alimentos. Segundo a Eosta, mais de 32 cadeias de supermercados em 13 países já adotaram produtos com marcação natural, sendo que tanto os retalhistas como os consumidores apreciaram esta inovação. Com o recurso a esta tecnologia, já foi evitada a utilização de 22 milhões de embalagens de plástico, o que equivale a uma poupança de emissões de CO2 que permitia dar 225 voltas de carro ao planeta Terra. Estudos apontam que a energia necessária para a marcação a laser é inferior a 1% daquela que é necessária para a produção de um selo autocolante comumente usado na marcação.</p> <p>Para garantir a qualidade a todos os níveis, as instalações de armazenamento e pré-embalagem da Eosta são exclusivamente dedicadas a produtos orgânicos certificados. A empresa possui também várias certificações enquanto empresa de importação/exportação, distribuição e pré-embalagem de frutas e legumes orgânicos.</p>
Ananas Anam	Filipinas, Espanha e Itália	Economia circular: inovação; fecho do ciclo dos recursos	<p>A Ananas Anam desenvolveu uma alternativa sustentável para a indústria têxtil, que utiliza as folhas da produção de abacaxi nas Filipinas para obter fibras têxteis.</p> <p>Depois da colheita do fruto, as folhas do abacaxi são também recolhidas e lavadas, sendo de seguida secas naturalmente ao sol ou em fornos de secagem. As fibras secas passam por um processo de purificação para remoção das impurezas, resultando em fibras felpudas. Por sua vez, estas fibras são misturadas com um ácido polilático à base de milho, criando uma malha não tecida (Piñafelt), cujos rolos são enviados das Filipinas para Espanha ou Itália, onde ocorre o acabamento especializado do produto, dando origem ao Piñatex.</p> <p>Este produto é adequado para a indústria da moda, acessórios e estofos. Atualmente, mais de 1.000 marcas em todo o mundo utilizam este material, onde se incluem insígnias reconhecidas como Hugo Boss, H&M e Hilton Hotel Bankside. A biomassa que não é transformada em fibras têxteis é compostada para ser utilizada como fertilizante para o solo ou para a produção de biocombustível, evitando a sua queima.</p> <p>Através deste projeto, a Ananas Anam consegue também criar um rendimento adicional para os produtores locais de abacaxi.</p>

<p>Kalavapriikki Oy</p>	<p>Finlândia</p>	<p>Economia circular: fecho do ciclo dos recursos; energias renováveis.</p>	<p>A Kalavapriikki Oy é uma empresa de processamento alimentar que trabalha maioritariamente com pescado, como a truta e o salmão (processa cerca de 2.000 toneladas por ano destes peixes, a que acrescem 200 toneladas de outras espécies). Atualmente, nenhuma parte do peixe é desperdiçado, visto que os subprodutos (como as cabeças, peles e espinhas) são totalmente aproveitados para a produção de ração animal e artesanato.</p> <p>Para além disso, em 2019, a empresa comprometeu-se com a substituição das embalagens de plástico por caixas de cartão. Esta mudança permitiu evitar o consumo de cerca de 22 toneladas de embalagens de poliestireno (styrox), sendo que as novas embalagens (Tuorebox, produzidas pela DS Smith, com certificado FSC) garantem a conservação integral dos produtos transportados, reduzindo o desperdício alimentar.</p> <p>Além de serem facilmente recicladas, estas embalagens ocupam menos espaço do que as anteriormente utilizadas, o que, segundo a empresa, permitiu reduzir 95% das emissões de CO2 associadas à logística de aquisição das mesmas.</p> <p>Nas encomendas de pequenas quantidades, também começarão a utilizar sacos de papel para substituição dos sacos e filme de plástico.</p> <p>As instalações da empresa estão também equipadas com soluções de energia renovável, como painéis solares, responsáveis pela produção de cerca de 14% da energia utilizada anualmente na fábrica. Adicionalmente, também utilizam o calor geotérmico e todo o calor residual é recuperado internamente.</p>
-------------------------	------------------	---	--

7.6 ALINHAMENTO DAS POTENCIAIS ÁREAS DE INVESTIMENTO COM AS AÇÕES TRANSFORMATIVAS POR DOMÍNIO TEMÁTICO

Devido à dimensão do documento, este foi disponibilizado à parte.

7.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS RESTANTES PARÂMETROS

Relativamente aos restantes parâmetros a definir nos avisos, na tabela seguinte são apresentados os principais contributos transmitidos nos workshops. É importante dar nota de que os conteúdos aqui apresentados refletem a visão das empresas e entidades auscultadas, podendo servir de base para a reflexão e análise por parte da CCDR-Algarve e outras entidades que venham a trabalhar na definição dos parâmetros a incluir nos futuros avisos.

Tabela 16 - Considerações sobre os parâmetros gerais a definir nos avisos

Parâmetros	Considerações
Beneficiários	<ul style="list-style-type: none"> • Avisos abertos a empresas de todas as dimensões, devendo ser garantidos apoios a nano, micro e pequenas empresas, nestes casos, por exemplo, recorrendo a regimes simplificados
Grau de maturidade mínimo exigido às operações	<ul style="list-style-type: none"> • Projetos podem ser apresentados em qualquer estágio de maturidade, podendo inclusivamente ser implementados avisos que funcionem como “Prova de conceito” para verificar se os projetos têm potencial e viabilidade industrial
Abertura de avisos	<ul style="list-style-type: none"> • No início do Programa Regional deve ser disponibilizado um calendário com indicação dos vários avisos que se pretendem abrir até 2030, de forma que as empresas e outras entidades elegíveis possam decidir em que momentos deverão investir recursos para apresentarem candidaturas • Os primeiros avisos devem ser lançados o mais rapidamente possível, para que as empresas possam apresentar os projetos que têm em carteira e avancem com as discussões que têm tido com os parceiros • Os avisos poderão estar abertos em contínuo até esgotar a atribuição do apoio definido, existindo “janelas de corte”, por exemplo de frequência trimestral, em que os projetos candidatos são alvo de avaliação. Assim, é garantida a avaliação concorrencial e a comparabilidade entre projetos. • A publicação de avisos e prazos de candidatura não deve coincidir com períodos críticos de atividade dos setores visados (p.ex., entre junho e setembro, a indústria do turismo não terá disponibilidade para responder) • Definição de períodos para apresentação de manifestação de interesses, que permitirá perceber que áreas de investimento e entidades estão interessadas em se candidatar a financiamento
Tempo de preparação de candidaturas	<ul style="list-style-type: none"> • O tempo necessário para preparação de uma candidatura robusta dependerá da dimensão do projeto • Candidaturas de micro e pequenos projetos poderão necessitar de cerca de 2-3 meses, enquanto grandes projetos necessitarão de 6 meses a 1 ano

Parâmetros	Considerações
Prazo de execução das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Considerar a definição de patamares de execução variáveis considerando a complexidade e investimento realizado • Até 1 a 2 anos para microprojectos • Até 4 anos para pequenos, médios e grandes projetos, incluindo projetos com componente de investigação • Nos casos em que existe necessidade de obter licenciamentos, os períodos de execução poderão ser mais alargados (até 5 anos) • No setor hoteleiro, para projetos de média e grande dimensão (p.ex., com alteração de infraestrutura), devem ser considerados, no mínimo, 2 anos de execução, para permitir a sua realização em períodos de baixa procura • Devem ser evitados períodos de execução superiores a 4 a 5 anos para evitar que não exista execução efetiva do projeto • Necessidade de apresentação de despesas faseadas ao longo do tempo, de modo a evitar que o promotor não prossiga com a execução do projeto
Dotação financeira e taxa máxima de cofinanciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Depende das áreas de investimento: investimentos pontuais como a aquisição de tecnologia e equipamentos pode estar entre os 100 e os 200 mil €, enquanto projetos de ID&T necessitarão de valores mais elevados • Possibilidade de serem definidos três níveis de financiamento, por exemplo: até 25 mil € para microinvestimentos; até 500 mil € para pequenos e médios investimentos; e valores acima de 500 mil € para grandes projetos • Em projetos colaborativos os montantes deverão ser elevados • Montantes a atribuir devem ser pensados de forma a poderem ser atribuídos apoios a um maior número de projetos, aumentando as hipóteses de sucesso • Atribuição de apoios do tipo “lump sum” para iniciativas e projetos circulares
Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar – critérios específicos de elegibilidade das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Deve existir flexibilidade das operações a financiar, evitando que ações executadas antes ou após os períodos de execução definidos em candidatura fiquem automaticamente excluídas de financiamento (alguns exemplos incluem operações que ocorrem em determinado momento para aproveitar a deslocação dos fornecedores; atrasos no fornecimento de equipamentos e materiais devido a condicionantes externas ao promotor do projeto). No entanto, estas situações poderão ter de ser analisadas caso a caso.
Apuramento do mérito e seleção das candidaturas: critérios de seleção, parâmetros de avaliação e coeficientes de ponderação	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuição de majorações a projetos desenvolvidos por nano, micro e PME; e a projetos que estabeleçam parcerias, incluindo com instituições universitárias e Parcerias Público-Privadas. No entanto, em projetos de ID&T a co-promoção não deve ser obrigatória. • Integração dos ODS como critérios de avaliação dos projetos

Parâmetros	Considerações
Indicadores de acompanhamento das operações	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser definidos indicadores percentuais para permitir comparabilidade entre projetos e, sempre que possível, em rácio (p.ex., no setor hoteleiro, considerar indicador em análise por dormida) • Indicadores ambientais: <ul style="list-style-type: none"> ○ % de redução na utilização de matérias-primas ○ % de redução de desperdício alimentar ○ % de redução de emissão de GEE ○ % de redução de resíduos encaminhados para aterro ○ % de redução de consumo de água ○ Quantidade de extração/consumo de água evitada (m³) ○ Quantidade de água tratada e/ou reutilizada (m³) ○ Consumo de água/cliente (ou dormida) ○ Consumo de energia/cliente (ou dormida) • Indicadores sociais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Número de empregos diretos e/ou indiretos, criados e/ou mantidos ○ Número de pessoas beneficiárias do projeto • Indicadores operacionais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Número de novos produtos criados ○ Número de novas empresas apoiadas • Indicadores transversais: <ul style="list-style-type: none"> ○ Contributo para os ODS e para a RIS3